



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 139/2023
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2023

1. PREÂMBULO

1.1. **O MUNICÍPIO DE DESCANSO – PREFEITURA**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o nº 83.026.138/0001-97, com sede na Avenida Marechal Deodoro, nº 146, centro, Município de Descanso, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados, que em conformidade com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 e Decreto Municipal nº 2.152, de 07 de agosto de 2020, realizará licitação, na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, pelo Sistema de Registro de Preços, do tipo **PREGÃO ELETRÔNICO, MODO DE DISPUTA ABERTO E FECHADO, PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM** por meio da utilização de recursos da tecnologia da informação (*internet*), através do Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br

2. DATA, HORA E LOCAL

2.1 As **Propostas de Preços** serão recebidas no período das **07h30min do dia 01 de novembro de 2023 até às 07h29min59s do dia 21 de novembro de 2023**, no site supramencionado, observando-se o horário oficial de Brasília.

2.2 O início da Sessão de Disputa de Preços (Sessão de Lances) será no **dia 21 de novembro de 2023 às 08h15min no endereço eletrônico já mencionado.**

2.3 Os procedimentos para acesso ao Pregão Eletrônico estão disponíveis na página inicial do site do Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br.

2.4 A adoção da modalidade Pregão Eletrônico, no presente caso, objetiva ampliar a concorrência diante da possibilidade de alcance a um número maior de possíveis fornecedores e, por consequência, a obtenção de preço mais vantajoso (menor) para a Administração Pública Municipal.

2.5 O esclarecimento de dúvidas a respeito de condições do edital e de outros assuntos relacionados a presente licitação poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações, através do e-mail compras@descanso.sc.gov.br, ou pelo fone (49) 3623 0161.

2.6 Esta licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa para o Município de Descanso.

3. OBJETO

3.1. A presente licitação tem por objeto a **aquisição, pelo Sistema de Registro de Preços, de gêneros alimentícios para atendimento aos usuários dos programas e oficinas da Proteção Social do Município de Descanso e para o Programa de Alimentação Escolar, para a Rede Municipal de Ensino e para o uso geral nas demais secretarias e programas do Município de Descanso**, conforme as especificações contidas neste edital e em seus anexos.

3.2. Em atendimento à Legislação vigente, especialmente aos ditames da Lei Complementar 123/2006, de 14/12/2006 e alterações posteriores e do Decreto Municipal 2153/2020, a presente licitação concede tratamento favorecido às Micro e Pequenas Empresas:

3.2.1. Objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal, o presente Processo Licitatório concederá os benefícios constantes no Art. 47 e Art. 48 da Lei Complementar 123/2006 e suas alterações, que estabelece a **exclusiva participação de Micro e Pequenas Empresas** nos ITENS ou LOTES, cujo valor orçado seja igual ou inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

3.2.2. Para justificar a exclusividade da licitação para as **MPEs**, verificou-se que, comprovadamente, existem no mínimo três empresas do ramo enquadradas como Micro e Pequenas Empresas e sediadas local ou regionalmente.

3.2.3. **Nos termos do art. 11, §3º, do Decreto 2153/2020, dado o caráter de exclusividade da presente licitação para Micro e Pequenas Empresas, não será admitida a participação de empresas que não se enquadrem em tal condição.**

4. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO E PROCEDIMENTOS

4.1. Poderão participar deste Pregão Eletrônico, as empresas do ramo de atividade pertinente e compatível ao objeto da licitação e que atenderem a todas as exigências constantes neste Edital, inclusive quanto à documentação, que estiverem devidamente credenciadas na Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br e que:

4.1.1. Preencham os requisitos legais para o exercício da atividade objeto do presente certame.

2.2. Será vedada a participação, em qualquer fase do processo licitatório, dos interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:

4.1.2. Empresas que se encontrarem sob falência ou em processo de recuperação judicial ou extrajudicial ou, ainda, em fase de dissolução ou liquidação, conforme Lei nº 11.101/2005.

4.1.3. Empresas declaradas inidôneas por qualquer Órgão da Administração Pública direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, bem como as que estejam punidas com suspensão e impedimento de contratar ou licitar com a Administração Pública no âmbito do Estado de Santa Catarina e do Município de Descanso.

4.2. A participação na licitação importa total, irrestrita e irrevogável submissão dos proponentes às condições deste Edital.

4.3. Com fundamento no artigo 49, inciso III, da lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações posteriores, o Município de Descanso/SC entende que no presente procedimento licitatório o tratamento diferenciado e simplificado para as



Microempresas e Empresas de Pequeno Porte não é vantajoso para a Administração Pública e representa prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado. Desta forma, o entendimento é no sentido de que a supressão de parte dos licitantes e a redução da concorrência entre os potenciais fornecedores não representa vantagem e economia à Administração, mantendo-se os demais direitos previstos na lei complementar 123/2006 e alterações posteriores

4.4. Não poderão concorrer, direta ou indiretamente, nesta licitação ou participar do contrato dela decorrente:

4.4.1. Empresas constituídas em consórcios e pessoas físicas.

4.4.2. **Com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública (art. 87, inciso III, da Lei 8.666/93) ou terceiros que os representem;**

4.4.3. **Cujos sócios, diretores ou representantes pertençam, simultaneamente, a mais de uma empresa licitante.**

4.5. **A comissão adotará providências legais caso verificado que empresas impedidas de participar de licitações estão registradas em nome de terceiros ou seu patrimônio, visando fraudar o processo licitatório e os processos administrativos que resultaram na penalidade.**

5. DO CREDENCIAMENTO NO PORTAL DE PORTAL: BOLSA DE LICITAÇÕES DO BRASIL – BLL

5.1. Serão utilizados para a realização deste certame, recursos de tecnologia da informação, compostos por um conjunto de programas de computador que permitem confrontação sucessiva através do envio de lances dos licitantes, com plena visibilidade para o (a) Pregoeiro (a) e total transparência dos resultados para a sociedade, através da Rede Mundial de Computadores – *Internet*.

5.2. A realização do procedimento estará a cargo do (a) Pregoeiro (a) e do Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br, empresa licenciada para, através da rede mundial de computadores, prover o sistema de compras eletrônicas.

5.3. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do certame deverão dispor de um cadastro prévio junto a Bolsa de Licitações do Brasil.

5.3.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

5.3.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

5.3.3. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.4. Como requisito para a participação no pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, o licitante deverá manifestar pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências previstas neste Edital e em seus Anexos.

5.4.1. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital e na legislação vigente.

5.5. O licitante, ao utilizar sua senha de acesso ao sistema para cadastrar proposta e/ou dar um lance no evento, terá expressado sua decisão irrevogável de concluir a transação a que se refere o evento, nos valores e condições da referida proposta/lance, e caso essa proposta/lance seja a classificada, será reputado perfeito e acabado o contrato de compra e venda do produto negociado.

5.6. O licitante é inteiramente responsável por todas as transações assumidas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firme e verdadeira sua proposta, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

5.7. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

5.8. O cadastramento do licitante deverá ser requerido acompanhado dos seguintes documentos:

a) Instrumento particular de mandato outorgando à operador devidamente credenciado junto à Bolsa, poderes específicos de sua representação no pregão, conforme modelo fornecido pela Bolsa de Licitações do Brasil.

b) Declaração de seu pleno conhecimento, de aceitação e de atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital, conforme modelo fornecido pela Bolsa de Licitações do Brasil e

c) Especificações do produto objeto da licitação em conformidade com edital, constando preço, marca e modelo e em caso de itens específicos mediante solicitação do pregoeiro no ícone ARQ, inserção de catálogos do fabricante. “A empresa participante do certame não deve ser identificada”. Decreto 5.450/05 art. 24 parágrafo 5º.

5.9. O custo de operacionalização e uso do sistema, ficará a cargo do Licitante vencedor do certame, que pagará a Bolsa de Licitações do Brasil, provedora do sistema eletrônico, o equivalente ao percentual estabelecido pela mesma sobre o valor contratual ajustado, a título de taxa pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, em conformidade com o regulamento operacional da BLL – Bolsa de Licitações do Brasil, anexo 04

5.10. A microempresa ou empresa de pequeno porte, além da apresentação da declaração constante no Anexo 09 para fins de habilitação, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, verificar nos dados cadastrais se assinalou o regime ME/EPP no sistema conforme o seu regime de tributação para fazer valer o direito de prioridade do desempate. Art. 44 e 45 da LC 123/2006.

5.11. Como **condição prévia** ao exame da habilitação e proposta do licitante, o Pregoeiro, **ao recepcionar os envelopes**, verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta consolidada aos seguintes cadastros, <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>:



a) TCU	Inidôneos – Licitantes Inidôneos;
b) CNJ	CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa Inelegibilidade;
c) Portal de Transparência	CEIS – Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas
d) Portal de Transparência	CNEP – Cadastro Nacional de Empresas Punidas

5.11.1.1. A consulta aos cadastros – CEIS, CNEP e CNIA, na fase de credenciamento, constituem verificação da própria condição de participação na licitação, nos termos do Acórdão nº 1.793/2011 (Plenário- TCU).

5.11.1.2. Constatada a existência de sanção, que impeça a participação no certame, o Presidente da Comissão de Licitações reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

6. DOS PROCEDIMENTOS

6.1. Após a divulgação do Edital no endereço eletrônico, o licitante deverá encaminhar a proposta de preços e os documentos de habilitação exigidos no Edital, exclusivamente, por meio do Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br, até a data e hora estabelecidos, quando, então, se encerrará automaticamente a fase de recebimento de propostas.

6.1.1. Os documentos de habilitação deverão estar no formato PDF.

6.1.2. Os documentos de habilitação do licitante melhor classificado serão disponibilizados para avaliação do (a) Pregoeiro (a) e para acesso público somente após o encerramento da sessão pública de lances.

6.2. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema. Após o início da sessão pública do pregão eletrônico não caberá desistência da proposta e/ou do lance ofertado.

6.3. A licitante que deixar de apresentar a documentação, apresentar documentação falsa ou não mantiver sua proposta, será inabilitada do certame e ficará passível da aplicação de multa, assim como a decretação da suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Município de Descanso/SC.

6.4. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida ou através de uma empresa associada ou pelos telefones: Curitiba-PR (41) 3097-4600, ou através da Bolsa de Licitações do Brasil ou pelo e-mail contato@bll.org.br.

7. DO ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

7.1. A proposta de preços eletrônica deverá ser apresentada com base no “**VALOR UNITÁRIO DO ITEM**”, exclusivamente mediante o cadastramento no sistema PREGÃO ELETRÔNICO, no período retro mencionado neste edital.

7.1.1. A proposta deverá conter o PREÇO UNITÁRIO e o PREÇO TOTAL de cada item ofertado, expresso em reais com, no máximo, 02 (duas) casas decimais, válido para ser praticado desde a data da apresentação da proposta até o efetivo pagamento.

7.1.2. Os campos “MARCA”, “FABRICANTE” e “DESCRIÇÃO DETALHADA DO ITEM” deverão ser preenchidos de acordo com os subitens 5.3.1 a 5.3.3 deste Edital.

7.1.2.1 A Proposta inicial cadastrada no sistema eletrônico deverá ser elaborada de acordo com as diretrizes estabelecidas no descritivo do item, DEVENDO CONSTAR O MESMO DESCRITIVO CONSTANTE DO TERMO DE REFERÊNCIA, sob pena de rejeição da proposta e impedimento em participar da fase de lances.

7.1.2.1.1 Não serão aceitas propostas que, em seu descritivo, utilizem expressões como “conforme edital ou termo de referência”, “conforme demais especificações do edital ou termo de referência” e expressões similares.

7.2. A proposta de preços final atualizada deverá ser apresentada, VIA SISTEMA, dentro do prazo estabelecido pelo (a) Pregoeiro (a), adequada ao último lance ofertado pelo licitante classificado em primeiro lugar.

7.3. Para inserção de sua proposta inicial, a licitante deverá observar rigorosamente a descrição e unidade de fornecimento do objeto, constante neste Edital e seus Anexos.

7.3.1. No que diz respeito à descrição detalhada do item, não serão aceitas propostas que, em seu descritivo, utilizem expressões como ‘conforme edital ou termo de referência’, ‘conforme demais especificações contidas no edital ou termo de referência’ e expressões similares.

7.4. As microempresas e empresas de pequeno porte que quiserem usufruir dos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/06, deverão clicar SIM no campo “Declaro para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como ME/EPP/COOP, conforme Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência”.

7.4.1. Caso a empresa assinala a opção NÃO, a mesma será tratada sem os benefícios da Lei Complementar nº 123/06.

7.5. As propostas que atenderem os requisitos do Edital e seus Anexos serão verificadas quanto a erros, os quais poderão ser corrigidos pelo (a) Pregoeiro (a) da seguinte forma:

a) erros de transcrição das quantidades previstas, **mantém-se o preço unitário** e corrige-se a quantidade e o preço total;

b) erro de multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente, **mantém-se o preço unitário e a quantidade**, retificando o preço total;

c) erro de adição, **mantém-se as parcelas corretas** e retifica-se a soma.

7.6. O valor total da proposta poderá ser ajustado/retificado pelo (a) Pregoeiro (a) em conformidade com os procedimentos acima para correção de erros. O valor resultante constituirá o total da proposta.



7.6.1. A falta de indicação do valor da proposta por extenso não implicará na desclassificação. Nesse caso, o (a) Pregoeiro (a) considerará o valor numérico informado.

7.7. Poderão ser inseridas correções/anotações para esclarecimentos da proposta, desde que não configure alteração de condições de pagamento, prazo ou quaisquer outras que importem em modificação nos seus termos originais quanto ao mérito.

7.8. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos na proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos a esse a qualquer título.

7.8.1. Nos preços finais deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, custos, despesas administrativas e operacionais, fretes, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais ou ainda fornecimento de peças, mão-de-obra, trabalho em sábados, domingos e feriados ou em horário noturno, que eventualmente incidam sobre a execução do objeto da presente Licitação, bem como deslocamentos até o local de execução dos serviços, despesas salariais ou outras consideradas pelas licitantes.

7.8.2. Fica estabelecido em 60 (sessenta) dias o prazo de validade das propostas. Na contagem do prazo excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia de vencimento.

7.9. O (a) pregoeiro (a) poderá convocar técnicos da(s) área(s) pertinente(s) ao objeto licitado, quando houver necessidade de emitir parecer técnico, para garantir que as propostas apresentadas atendam as especificações mínimas exigidas referentes ao objeto licitado.

7.10. Verificando-se no curso da análise das propostas o descumprimento de qualquer requisito exigido neste edital e seus anexos, e desde que não se possa utilizar o disposto no subitem 5.5, a proposta será desclassificada.

7.10.1. A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes.

7.11. Caso a proposta ofertada pela licitante vencedora do certame não atenda às características exigidas neste edital, serão convocadas pela ordem de classificação, tantas licitantes quanto forem necessárias, até que se consiga adjudicar o licitante vencedor.

7.12. A licitante que desejar desistir da proposta apresentada deverá fazê-lo antes da etapa de lances, com pedido justificado e decisão motivada do (a) Pregoeiro (a).

7.13. (O)A pregoeiro (a) poderá, caso julgue necessário, solicitar maiores esclarecimentos sobre a composição dos preços propostos.

7.14. A licitante poderá promover oferta para todos os ITENS ou para um ou mais ITENS individualmente, desde que satisfaça todas as demais exigências do edital.

7.15. Não será aceita oferta de itens com especificações que não se enquadrem nas indicadas no Termo de Referência deste Edital.

7.16. A apresentação de proposta, neste certame, implica na plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, além do dever de cumpri-las, correndo por conta das empresas interessadas todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, não sendo devida nenhuma indenização às licitantes pela realização de tais atos.

7.17. No que diz respeito à apresentação da proposta antes da fase de lances, quando da abertura da sessão pública a comissão tem acesso somente aos valores, marcas, modelos, descrição, validade da proposta, que os fornecedores incluíram no sistema, não há qualquer identificação da proposta em tal momento.

8. DA ABERTURA DAS PROPOSTAS/SESSÃO:

8.1. O(a) pregoeiro(a), via sistema eletrônico, dará início à Sessão Pública, na data e horário previstos neste Edital.

8.2. O(a) pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos do presente Edital.

8.3. A desclassificação das propostas será fundamentada e registrada no sistema, acompanhada em tempo real por todos os participantes.

8.3.1. Serão desclassificadas as propostas que:

a) forem elaboradas em desacordo com as exigências do Edital e seus Anexos, ou em desacordo com qualquer dispositivo legal vigente;

b) omissas ou vagas, ou as que apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;

c) apresentarem preços totais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, excessivos ou manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade;

d) impuserem condições ou contiverem ressalvas em relação às condições estabelecidas neste Edital;

e) apresentarem proposta alternativa, tendo como opção de preço ou oferta de vantagem baseada na proposta das demais licitantes.

f) não indicarem a marca/ modelo do item ofertado.

8.4. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo(a) Pregoeiro(a).

8.5. Somente as propostas classificadas pelo(a) pregoeiro(a) participarão da etapa de envio de lances.

8.6. O julgamento das propostas será feito pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**, de acordo com o especificado no Anexo I.

9. DOS LANCES

9.1. Aberta a etapa competitiva (sessão pública de lances), a licitante poderá encaminhar lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

9.1.1. A licitante poderá oferecer lances sucessivos, considerando o **VALOR UNITÁRIO POR ITEM**, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.



9.2. A licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ela ofertado e registrado pelo sistema.

9.2.1. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que foi recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema eletrônico.

9.3. Durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, a licitante será informada em tempo real do valor do menor lance registrado, **vedada a identificação do seu detentor.**

9.4. Se ocorrer a desconexão do (a) Pregoeiro (a) no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às Licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

9.4.1. No caso de desconexão na fase de lances por tempo superior a dez minutos, a Sessão do Pregão será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação expressa do fato aos participantes, através do chat.

10. DO MODO DE DISPUTA

10.1. A etapa de lances da Sessão Pública ocorrerá pelo **MODO DE DISPUTA ABERTO E FECHADO**, conforme art. 33, do decreto nº 10.024/2019.

10.1.1. A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de **15 (quinze) minutos**.

10.1.2. Encerrado o prazo previsto no subitem 10.1.1, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de **até 10 (dez) minutos**, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

10.1.3. Encerrado o prazo de que trata o subitem 10.1.2, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em **até 05 (cinco) minutos**, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

10.1.4. Na ausência de, no mínimo, 03 (três) ofertas nas condições de que trata o subitem 8.6.3, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 03 (três), poderão oferecer um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

10.1.5. Encerrados os prazos estabelecidos nos subitens 10.1.1 e 10.1.2, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

10.1.6. Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos subitens 10.1.1 e 10.1.2. haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de 03 (três), na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no subitem 10.1.5.

10.1.7. Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o (a) Pregoeiro (a) poderá, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada.

10.2. Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e 45 da Lei Complementar 123/06, seguido da aplicação do critério estabelecido no § 2º do art. 3º da Lei Federal 8.666/93, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

11. DO DIREITO DE PREFERÊNCIA ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

11.1. Encerrada a etapa de lances e, classificando-se em primeiro lugar empresa de grande ou médio porte será observado o disposto nos artigos 44 e 45, da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, conforme segue:

11.1.1. Identificar-se-ão as propostas ofertadas por microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem até 5% (cinco por cento) superiores à primeira classificada, desde que esta também não seja microempresa ou empresa de pequeno porte;

11.1.2. Ocorrendo o empate ficto, na forma do subitem anterior, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela classificada em primeiro lugar, no prazo de 5 (cinco) minutos, situação em que passará à condição de primeira colocada;

11.1.3. Se a microempresa ou empresa de pequeno porte convocada não apresentar nova proposta inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas ou empresas de pequeno porte remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do subitem 11.1.1, a apresentação de nova proposta no prazo previsto no subitem anterior.

11.2. Na hipótese de não ser adjudicado o objeto a microempresa ou empresa de pequeno porte enquadrada no subitem 11.1.1, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente classificada em primeiro lugar.

11.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem na margem prevista no subitem 11.1.1, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

11.4. Se nenhuma microempresa ou empresa de pequeno porte satisfizer as exigências do subitem 11.1.1, será declarada melhor classificada no item a licitante detentora da proposta originariamente de menor valor.

11.5. O disposto nos subitens 9.1.1 a 9.1.3 não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, bem como às empresas que deixarem de declarar a condição de beneficiárias da Lei Complementar nº 123/06 no momento do envio de suas propostas pelo sistema.

11.6. Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.



12. DA NEGOCIAÇÃO

12.1. Encerrada a etapa de envio de lances da Sessão Pública, o (a) Pregoeiro (a) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao Licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no Edital.

12.1.1. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos Licitantes.

12.2. A proposta readequada deverá ser encaminhada, após a negociação, pelo sistema Portal de Bolsa de Licitações do Brasil – BLL, conforme modelo constante no Anexo V.

12.2.1. O prazo para envio da proposta será de no mínimo **2 (duas) horas**, contado da solicitação do Pregoeiro no sistema, adequada ao último lance ofertado após a negociação, podendo ser maior ou prorrogada, conforme necessidade.

12.2.2. **No caso de apresentação de documentos complementares à proposta final readequada, serão desconsiderados aqueles documentos que disserem respeito à habilitação e que não tiverem sido anexados no pelo sistema Portal de Bolsa de Licitações do Brasil – BLL em momento propício, diga-se, antes do início da sessão pública.**

13. DO JULGAMENTO E ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

13.1. Encerrada a etapa de negociação de que trata o item 12, o (a) Pregoeiro (a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação no Edital, observado o disposto no parágrafo único, do art. 7º, e no § 9º, do art. 26, do Decreto nº 10.024/2019, e verificará a habilitação do Licitante.

13.1.1. Ainda como CONDIÇÃO PRÉVIA para a habilitação do Licitante, o (a) Pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) CEIS (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas) e ao CNEP (Cadastro Nacional de Empresas Punidas), ambos mantidos pelo Poder Executivo Federal;

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo CNJ (https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

13.1.2. A consulta aos cadastros anteriormente informados constitui verificação da condição de participação na licitação, nos termos do Acórdão nº 1.793/2011 (Plenário-TCU).

13.2. Após a análise da proposta e documentação, o (a) Pregoeiro (a) anunciará o Licitante Vencedor.

13.3. Na hipótese da proposta ou do lance de menor preço não ser aceito, ou se o Licitante Vencedor desatender às exigências habilitatórias, o (a) Pregoeiro (a) examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procederá a sua habilitação na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

13.4. Sendo suscitada alguma dúvida quanto ao objeto proposto pelo Licitante Vencedor, em razão das especificações indicadas na proposta, o (a) Pregoeiro (a) poderá solicitar ao Licitante declaração expedida pela empresa, de que o objeto possui as características indicadas na proposta, como condição necessária para adjudicação do objeto.

13.4.1. O Licitante que não atender ao disposto no item anterior, em prazo estabelecido pelo (a) Pregoeiro (a), estará sujeito à desclassificação do item proposto.

14. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

14.1. As licitantes deverão apresentar os seguintes documentos para habilitação, os quais deverão estar válidos e em vigor na data da sessão de abertura e julgamento das propostas.

14.1.1. Caso não seja possível verificar a validade e a vigência dos documentos anexados no sistema, considerar-se-á o prazo de **90 (noventa) dias da data da emissão do documento**.

14.1.2. Os documentos de habilitação relacionados abaixo deverão estar válidos e em vigor na data da sessão de abertura e julgamento, e deverão ser apresentados:

a) em original (digitalizado);

b) em cópia autenticada por cartório competente (digitalizado); ou

c) em cópia autenticada por servidor municipal, mediante a apresentação de originais para confronto (digitalizado).

d) através de publicação em órgão da imprensa oficial;

6.1.3. Documentos obtidos na rede *Internet* serão aceitos e considerados como originais, ainda que sejam apresentados através de cópia simples, desde que seja possível a sua verificação e confirmação de validade pelo (a) Pregoeiro (a).

14.2. A habilitação do licitante vencedor será verificada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

14.3. Da Habilitação Jurídica:

a) Ato constitutivo (estatuto ou contrato social em vigor) consolidado ou acompanhado de todas as alterações posteriores, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado, em se tratando de sociedades comerciais;

a. No caso de sociedades por ações, o ato constitutivo deve estar acompanhado da ata da assembleia da última eleição dos administradores;



- b. No caso de sociedades civis e simples, o ato constitutivo deve estar acompanhado de prova da investidura ou nomeação da administração em exercício.
- b) Declaração de que a empresa não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesseis) anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal (Anexo III);
- c) Comprovante de Inscrição e de situação cadastral da Pessoa Jurídica (CNPJ);

14.4. Da Habilitação Fiscal

- a) Prova de regularidade conjunta para com a Fazenda Federal, União e Previdência (certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa);
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual (certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa);
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da empresa proponente, ou outra equivalente, na forma da lei (certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa);
- d) Prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- e) CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, de acordo com as prerrogativas da Lei 12.440/11, com validade, emitida pela Justiça do Trabalho, conforme Lei Federal nº 12.444/2011, disponível no site: www.tst.jus.br/certidao.

14.4.1. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, entretanto, ficam obrigadas a apresentar toda documentação exigida no edital, inclusive, as pertinentes à comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, **sob pena de inabilitação**.

14.4.2. Havendo restrição na comprovação da regularidade fiscal, da proponente microempresa e empresa de pequeno porte, será assegurado o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, do qual o termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, para a regularização da documentação, nos termos do art. 43, da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

14.4.4. A não regularização da documentação, no prazo estabelecido, implicará na decadência do direito da microempresa ou empresa de pequeno porte à contratação, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis por descumprimento de obrigações contratuais previstas neste edital e na legislação vigente aplicável à matéria (advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com a Administração), facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou revogar a licitação.

14.5. Da Qualificação Econômico-Financeira

a) Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida pelos cartórios de registro de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial da sede da pessoa jurídica.

14.5.1. No que diz respeito à validade da documentação exigida para fins de qualificação econômico-financeira, caso não seja possível a verificação da validade e da vigência dos documentos constantes no item 6.4 e subitens deste instrumento convocatório, considerar-se-á o prazo de **90 (noventa) dias** da data da emissão do documento.

14.6. As microempresas e empresas de pequeno porte que tenham interesse em participar deste certame usufruindo dos **benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006**, deverão apresentar a documentação disposta nos subitens seguintes, **cumulativamente**:

- a) Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado da licitante ou Certidão do Registro Civil de Pessoa Jurídica, emitida em até **90 (noventa) dias** da data do registro da proposta.
- b) Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (Anexo II).
- A verificação posterior de que, nos termos da lei, o declarante não se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, caracterizará crime de fraude à licitação, sujeitando-se as sanções previstas no art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e no art. 90 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, garantindo o direito ao contraditório e à ampla defesa.
 - A não apresentação dos documentos de que tratam as alíneas “a” e “b” do item 6.2.1 leva ao entendimento de que as empresas proponentes não têm interesse nos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, ou que não se enquadram nesta categoria jurídica.
 - As empresas que não se enquadrarem como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte estão dispensadas da apresentação dos documentos exigidos pelo item 6.2.1.

15. DO ENVIO DOS DOCUMENTOS

15.1. As empresas deverão encaminhar os documentos relativos à habilitação exclusivamente por meio do sistema do Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL, até o horário estabelecido no item 2.2 desde Edital.

15.2. Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no Edital e já apresentados, deverão ser encaminhados pelo Licitante, após o encerramento da etapa de envio de lances, observado o disposto no art. 38, §2º, do Decreto 10.024/19.



16. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E PRAZOS DE ENTREGA

- 16.1. Os produtos licitados deverão ser entregues no local indicado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura e pela Secretaria de Assistência Social, pelo valor aprovado no processo, sendo proibida a cobrança de qualquer outra despesa que venha a interferir no valor licitado e aprovado, mediante a emissão de autorização de fornecimento.
- 16.2. A fiscalização dos itens da Merenda Escolar (solicitações enviadas pela Secretaria de Educação) entregues será realizada pela Comissão de Alimentação Escolar - CAE, devidamente designada.
- 16.3. Os produtos/gêneros alimentícios deverão ser fornecidos com validade estabelecida no involucro, sendo que, **no momento da entrega, não poderá ter decorrido prazo superior a 1/3 da validade de cada produto**, de acordo com a solicitação da Secretaria Municipal de Educação e Assistência Social.
- 16.4. A contratada deverá proceder à entrega imediatamente, **no prazo máximo de até 3 (três) dias**, após o recebimento da Autorização de Fornecimento, nas quantidades e nas especificações solicitadas, devendo ainda conter a respectiva marca, sob pena de rejeição do produto e adjudicação a outrem;
- 16.5. Todas as despesas referentes à entrega do objeto serão por conta do fornecedor;
- 16.6. Os preços cotados não serão reajustados.
- 16.7. A **CONTRATANTE**, a cada pedido de fornecimento, especificará formalmente a quantidade necessária do objeto contratado.
- 16.8. Os preços cotados não serão reajustados.
- 16.9. O descumprimento dos prazos supracitados implicará na aplicação das penalidades previstas neste edital e Lei 8.666/93.

17. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS, DA IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

17.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar ou realizar pedidos de esclarecimentos referentes ao presente processo licitatório, devendo protocolar o pedido no prazo de **até 03 (três) dias úteis** antes da data limite para o registro das propostas, por meio eletrônico, nos termos do que dispõem os artigos 23 e 24 do Decreto Federal 10.024/2019, através do **Portal Bolsa de Licitações do Brasil – BLL**.

17.1.1. Somente se iniciam e vencem os prazos estabelecidos neste Edital em dia de expediente da Administração Pública do Município de Descanso/SC.

17.2. O horário limite para recebimento das **impugnações é às 07h29min** da data especificada no sistema, considerando o horário de expediente desta Administração.

17.3. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas através do site do Município de Descanso e vincularão os participantes e a Administração.

17.3.1. Eventuais alterações no edital serão divulgadas pelo mesmo meio de publicação utilizado para a divulgação do texto original e o prazo inicialmente estabelecido será reaberto, salvo se a alteração não afetar a formulação das propostas.

17.4. **Não serão aceitas impugnações/pedidos de esclarecimentos encaminhados via e-mail e por qualquer outro meio que não o Portal Bolsa de Licitações do Brasil – BLL.**

17.5. Os licitantes poderão obter informações acerca do presente edital no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Descanso/SC, situado na Avenida Marechal Deodoro, nº 146, centro, Descanso/SC, pelo telefone (0xx49 – 3623-0161), de segunda a sexta-feira, no horário de expediente, e retirar o edital na íntegra no site do Município (www.descanso.sc.gov.br).

17.6. Declarado o vencedor, o(a) pregoeiro(a) abrirá o prazo de **20 (vinte) minutos**, dentro do qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

17.6.1. Caberá recurso nos casos previstos na Lei Federal nº 10.520/02, **devendo o licitante manifestar motivadamente sua intenção de interpor recurso.**

17.6.2. A intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que o licitante pretende que sejam revistos pelo (a) Pregoeiro (a).

17.7. O licitante que manifestar a intenção de recurso disporá o prazo de **03 (três) dias** para a apresentação das razões do recurso (art. 44, §1º, Decreto 10.024/2019), exclusivamente por meio eletrônico, através do Portal Bolsa de Licitações do Brasil – BLL.

17.8. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de **03 (três) dias**, contados da data final do prazo do recorrente (art. 44, §2º, Decreto 10.024/19).

17.9. As razões e contrarrazões dos recursos deverão ser protocolados pelo interessado por meio eletrônico, através do Portal Bolsa de Licitações do Brasil – BLL.

17.10. **Não serão aceitos recursos encaminhados via e-mail.**

17.11. A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará na decadência desse direito, e o (a) Pregoeiro (a) estará autorizado (a) a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

17.12. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

17.13. Não serão considerados os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como aqueles encaminhados por meios que não o Portal Bolsa de Licitações do Brasil – BLL.

17.14. Decairá do direito de impugnar, perante a Administração, os termos desta licitação, o licitante que, aceitando-os sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que a viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

17.15. O acompanhamento dos resultados, recursos e atos pertinentes a este Edital poderão ser consultados no Portal Bolsa de Licitações do Brasil – BLL, que será atualizado automaticamente a cada nova etapa do certame.



18. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1. A Ata de Registro de Preços terá validade de até 12 (doze) meses, após a homologação do processo licitatório.

18.2. Após a homologação do resultado da Licitação pela autoridade competente, será efetuado o registro dos preços, mediante a assinatura da Ata de Registro de Preços pelo representante da Administração e ela(s) Licitante(s) Vencedora(s) do Certame, ficando vedada à transferência ou Cessão da Ata de Registro de Preços a terceiros.

18.2.1. É facultado à Administração, quando a(s) proponente(s) Vencedora(s) não atender(em) à convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços, em até 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da notificação, convocar outro Licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no Contrato e das demais cominações legais.

18.2.2. Os representantes legais das Empresas que tiverem os preços registrados terão o prazo de cinco dias úteis, contados a partir do recebimento da notificação enviada pelo Município, para realizarem a assinatura e encaminhamento da Ata ao Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Descanso/SC, da seguinte forma:

a) Caso a empresa opte por assinar a via física da Ata, deverá encaminhá-la ao Município de Descanso/SC – Prefeitura, localizada na Avenida Marechal Deodoro, 146, centro, Descanso/SC, CEP 89.910-000, através de correspondência, observado o prazo de 5 (cinco) dias úteis.

b) Caso a empresa possua assinatura digital, com registro no ICP-Brasil, poderá assinar a via digital e encaminhá-la para o e-mail compras@descanso.sc.gov.br, observado o prazo de 5 (cinco) dias úteis.

18.3. Em caso de não atendimento ou recusa em realizar a assinatura da Ata, pela primeira colocada, fica facultado ao Órgão Gerenciador convocar a segunda colocada.

18.4. A efetivação da Contratação ocorrerá pela assinatura da Ata de Registro de Preços, que terá validade de doze meses a contar de sua assinatura.

18.5. Os preços relacionados na Ata de Registro de Preços poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65, da Lei 8.666/93, em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados.

18.6. Durante o prazo de validade do Registro de Preços, a Administração Municipal poderá ou não contratar todo ou quantidades parciais do objeto deste Pregão, ficando reduzido, automaticamente, o saldo remanescente no término de validade da(s) Ata(s).

18.7. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis pelo período de 1 (um) ano, **exceto** nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de **situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93** ou de redução dos preços praticados no mercado.

18.7.1. Os contratados têm direito ao equilíbrio econômico-financeiro, procedendo-se à revisão a qualquer tempo, desde de que ocorra variação efetiva dos preços determinados, que seja previsível ou imprevisível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no instrumento.

18.7.1.1. Para tanto, a contratada deverá formular à Administração requerimento para a revisão do contrato, comprovando a ocorrência de aumento de preços.

18.7.1.2. A comprovação será feita por meio de documentos, tais como listas de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta ou da concessão da última repactuação e do momento do pedido de revisão do contrato;

18.7.1.3. Juntamente com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data da formulação da proposta ou da concessão da última repactuação e do momento do pedido de revisão do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços repercute no valor total pactuado.

18.7.1.4. Reconhecendo o desequilíbrio econômico-financeiro, a Administração procederá à revisão do contrato.

18.7.1.5. Independentemente de solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude de redução dos preços do mercado.

18.7.2. Caso o contratado requeira o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, com fundamento do artigo 65, II, “d”, da Lei nº 8.666/93, não poderá haver interrupção/suspensão do fornecimento do objeto contratado durante o processamento e análise do pedido, bem como no caso de indeferimento da pretensão.

18.8. Mesmo se comprovada a ocorrência da situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por rescindir o Contrato e realizar outro processo licitatório.

18.9. O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta do licitante vencedor deste certame, farão parte integrante do Contrato, independente de transcrição.

18.10. Adjudicado o objeto da presente licitação, o MUNICIPIO DE DESCANSO - PREFEITURA convocará o adjudicatário para assinar o termo de contrato em até 05 dias, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93.

18.11. O não cumprimento ou o cumprimento irregular das condições estabelecidas neste Edital, na Ata de Registro de Preços e na Nota de Empenho, por parte da licitante vencedora, assegurará ao Município de Descanso - Prefeitura o direito de adjudicar a outrem o objeto do certame, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração.



18.12. A adjudicação poderá ser tornada sem efeito, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores:

18.12.1. Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração do Município de Descanso - Prefeitura, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

- a) o atraso injustificado, a juízo da Administração, na execução do objeto;
- b) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Objeto.

18.12.2. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

18.12.3. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

13.13. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

19. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

19.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

19.1.1. Automaticamente:

- 19.1.1.1. Por decurso de prazo de vigência;
- 19.1.1.2. Quando não restarem fornecedores registrados;
- 19.1.1.3. Pela Administração Municipal, quando caracterizado o interesse público.

19.2. O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

19.2.1. A pedido, quando:

- 19.2.1.1. Comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
- 19.2.1.2. O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

19.2.1.3. A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Item 10 deste Edital, caso não aceitas as razões do pedido.

19.2.2. Por iniciativa da Administração Municipal, quando:

- 19.2.2.1. O fornecedor perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no item 6 do Edital;
- 19.2.2.2. Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;
- 19.2.2.3. O fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- 19.2.2.4. O fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- 19.2.2.5. Caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;
- 19.2.2.6. Não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

19.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita pessoalmente, por meio de documento oficial ou através de publicação no Diário Oficial do Município.

20. DA FORMA DE PAGAMENTO

20.1. Os pagamentos serão efetuados mensalmente, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação e pagamento.

20.2. No caso de nota fiscal eletrônica (NF-e) o arquivo XML deverá ser encaminhado para o e-mail: comprasnf@descanso.sc.gov.br

21. DAS PENALIDADES

21.1. Se o licitante vencedor descumprir as condições deste Pregão ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis n.º 10.520/02 e 8.666/93, bem como no Decreto Federal n 10.024/19.

21.2. Nos termos do art. 49 do Decreto 10.024/2019 e do art. 50 do Decreto Municipal nº 2152/2020, ficará impedido de licitar e de contratar com o Município de Descanso pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a) não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- b) não entregar a documentação exigida no edital;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) causar o atraso na execução do objeto;
- e) não mantiver a proposta;
- f) falhar na execução do contrato;



- g) fraudar a execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo;
- i) declarar informações falsas; e
- j) cometer fraude fiscal.

21.2.1. As sanções descritas no item 21.2 também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.

21.2.2. As sanções serão registradas e publicadas no CEIS E CNEP.

21.3. Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial deste Pregão, o MUNICÍPIO DESCANSO, poderá aplicar à empresa vencedora, as seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta;
- c) Suspensão de contratar com Administração Pública por até 02 anos.

21.4. Nos termos do artigo 7º da Lei n.º 10.520/02, se o licitante, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal garantida o direito prévio de citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

21.5. A penalidade de multa, poderá ser aplicada, cumulativamente, com a penalidade disposta no artigo 7º da Lei nº 10.520/02 e artigos 86 e 87 da Lei 8.666/93, garantida a prévia defesa aos licitantes e/ou adjudicatários.

21.6. A Administração Municipal de Descanso poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas as justificativas apresentadas pela(s) licitante(s) vencedora(s), nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. O Município reserva-se o direito de revogar a presente licitação por razões de interesse público ou anulá-la por ilegalidade.

22.2. A apresentação da proposta pelo licitante implica plena aceitação deste Edital, bem como das normas legais que regem a matéria e, se porventura o licitante for declarado vencedor, ao cumprimento de todas as disposições contidas no certame.

22.3. O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e/ou documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

22.4. Nenhuma indenização será devida ao licitante por apresentar documentação, proposta e/ou amostra relativa ao presente certame.

22.5. No interesse da Administração, sem que caiba ao licitante qualquer recurso ou indenização, poderá a licitação ter:

- a) Adiada sua abertura;
- b) Alterado o Edital, com fixação de novo prazo para realização do certame.

22.6. O resultado desta licitação será lavrado em ata eletrônica, a qual ficará disponível nos sites www.portaldecompraspublicas.com.br e www.descanso.sc.gov.br (Portal da Transparência > Licitações).

22.7. Para dirimir quaisquer questões decorrentes do procedimento licitatório, as partes elegem o Foro da Comarca de Descanso, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

22.8. As omissões do presente edital serão preenchidas pelos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

22.9. Fazem parte do presente Edital:

- a) Anexo I – Termo de Referência;
- b) Anexo II – Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;
- d) Anexo III – Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal;
- e) Anexo IV – Minuta da Ata de Registro de Preços;
- f) Anexo V – Modelo de Proposta Readequada.

23. DO FORO

23.1. Todas as controvérsias ou reclames, relativos ao presente Processo Licitatório serão resolvidos pela Comissão, Administrativamente, ou no Foro da Comarca de Descanso – SC.



Descanso/SC, 31 de outubro de 2023.

SADI INÁCIO BONAMIGO
Prefeito Municipal

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica.

ROGÉRIO DE LEMES
OAB/SC 21.018 - Assessor Jurídico



ANEXO I
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 139/2023
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2023

TERMO DE REFERÊNCIA

1. **OBJETO:** aquisição, pelo Sistema de Registro de Preços, de gêneros alimentícios para atendimento aos usuários dos programas e oficinas da Proteção Social do Município de Descanso e para o Programa de Alimentação Escolar, para a Rede Municipal de Ensino.

2. **DESCRIÇÃO ESPECÍFICA E DETALHAMENTO DO OBJETO:**

Nº	Quantidade	Unid.	Especificação	Preço Unitário	Preço Total
1	2.810,000	UN	ABACAXI PEROLA MADURO, ACIMA DE 1KG. DE PRIMEIRA QUALIDADE, IN NATURA, MATURAÇÃO ADEQUADA PARA O CONSUMO, FRESCO. COR, SABOR E ODOR CARACTERÍSTICO. ISENTO DE LESÕES DE ORIGEM FÍSICA, MECÂNICA OU BIOLÓGICA. LIVRE DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES, SUJIDADE, PARASITAS E LARVAS, MATÉRIA TERROSA OU CORPOS ESTRANHOS ADERIDOS À SUPERFÍCIE EXTERNA. - ABACAXI PEROLA MADURO, ACIMA DE 1KG. DE PRIMEIRA QUALIDADE, IN NATURA, MATURAÇÃO ADEQUADA PARA O CONSUMO, FRESCO. COR, SABOR E ODOR CARACTERÍSTICO. ISENTO DE LESÕES DE ORIGEM FÍSICA, MECÂNICA OU BIOLÓGICA. LIVRE DE RESÍDUOS DE	7,9800	22.423,80
2	620,000	KG	ABOBRINHA DE BOA QUALIDADE - ABOBRINHA DE PRIMIERA QUALIDADE – BEM FORMADA, COM COLORAÇÃO, PRÓPRIA, ESTAR LIVRE DE ENFERMIDADES, INSETOS E SUJIDADES. - ABOBRINHA DE BOA QUALIDADE - ABOBRINHA DE PRIMIERA QUALIDADE – BEM FORMADA, COM COLORAÇÃO, PRÓPRIA, ESTAR LIVRE DE ENFERMIDADES, INSETOS E SUJIDADES.	5,5900	3.465,80
3	195,000	LTA	ACHOCOLATADO EM PÓ DIET, LATA COM 210 GRAMAS. - ACHOCOLATADO EM PÓ DIET, LATA COM 210 GRAMAS.	14,9000	2.905,50
4	1.219,000	UN	AÇUCAR CRISTAL, SEM RESÍDUOS ESCUROS, PACOTE COM 05 KG - AÇUCAR CRISTAL, SEM RESÍDUOS ESCUROS, PACOTE COM 05 KG	22,9800	28.012,62
5	200,000	PCT	AÇUCAR DE BAUNILHA, EMBALAGEM PLASTICA DE 500 GR, VALIDADE - AÇUCAR DE BAUNILHA, EMBALAGEM PLASTICA DE 500 GR, VALIDADE	8,0000	1.600,00
6	500,000	KG	AÇÚCAR MASCAVO, COM COLORAÇÃO PRÓPRIA E UNIFORME, EM EMBALAGEM PLÁSTICA, LACRADA E ATÓXICA. COM ROTULAGEM CONTENDO INFORMAÇÕES CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO. EMBALAGEM DE 1KG	11,2300	5.615,00



7	27,000	UN	ADOÇANTE SÓ STÉVIA, INGREDIENTES: ÁGUA, EDULCORANTES NATURAIS GLICOSÍDEOS DE STEVIOL, CONSERVANTE BENZOATO DE SÓDIO E SORBATO DE POTÁSSIO, ACIDULANTE ÁCIDO CÍTRICO. NÃO CONTÉM GLÚTEN, NÃO CONTEM ASPARTAME, CICLAMATO, SACARINA, ACESULFAME - K, EMBALAGEM COM 80ML. - ADOÇANTE SÓ STÉVIA, INGREDIENTES: ÁGUA, EDULCORANTES NATURAIS GLICOSÍDEOS DE STEVIOL, CONSERVANTE BENZOATO DE SÓDIO E SORBATO DE POTÁSSIO, ACIDULANTE ÁCIDO CÍTRICO. NÃO CONTÉM	15,9800	431,46
8	162,000	FRD	ÁGUA MINERAL NATURAL, COM GÁS, GASEIFICADA ARTIFICIALMENTE - ÁGUA MINERAL NATURAL, COM GÁS, GASEIFICADA ARTIFICIALMENTE, COM 500ML, EMBALAGEM	16,0000	2.592,00
9	147,000	FRD	ÁGUA MINERAL NATURAL, SEM GÁS, COM 500ML, EMBALAGEM - ÁGUA MINERAL NATURAL, SEM GÁS, COM 500ML, EMBALAGEM	15,0000	2.205,00
10	294,000	BB	AGUA MINERAL SEM GAS, COM 20 LITROS. - AGUA MINERAL SEM GAS, COM 20 LITROS.	12,0000	3.528,00
11	2.080,000	UN	ALFACE DE 1ª QUALIDADE - ALFACE DE 1ª QUALIDADE	3,7500	7.800,00
12	170,000	KG	ALHO DE PRIMEIRA QUALIDADE - ALHO DE PRIMEIRA QUALIDADE	25,0000	4.250,00
13	712,000	PCT	AMENDOIM SEM CASCA, 500GR. - AMENDOIM SEM CASCA, 500GR.	9,4900	6.756,88
14	350,000	PCT	AMIDO DE MILHO COM 500GR. - AMIDO DE MILHO COM 500GR.	4,9800	1.743,00
15	275,000	PCT	ARROZ INTEGRAL, PACOTE COM 01KG, EMBALAGEM PLÁSTICA. - ARROZ INTEGRAL, PACOTE COM 01KG, EMBALAGEM PLÁSTICA.	4,9800	1.369,50
16	2.701,000	PCT	ARROZ PARBOILIZADO, LONGO FINO, TIPO 1, PCT. DE 5 KG, EMBALAGEM PLÁSTICA, VALIDADE 6 MESES - ARROZ PARBOILIZADO, LONGO FINO, TIPO 1, PCT. DE 5 KG,	22,0000	59.422,00
17	18.760,000	KG	BANANA CATURRA DE 1ª QUALIDADE - BANANA CATURRA DE 1ª QUALIDADE	4,7900	89.860,40
18	770,000	UN	BANHA, EMBALAGEM DE 1 KG. - BANHA, EMBALAGEM DE 1 KG.	14,9900	11.542,30
19	1.300,000	KG	BATATA DOCE DE PRIMEIRA QUALIDADE - BATATA DOCE DE PRIMEIRA QUALIDADE	3,9900	5.187,00



20	3.100,000	KG	BATATA INGLESA DE PRIMEIRA QUALIDADE, LAVADA. - BATATA INGLESA DE PRIMEIRA	5,5900	17.329,00
21	290,000	LTR	BEBIDA A BASE DE AVEIA. INGREDIENTES: ÁGUA, FARINHA DE AVEIA, CARBONATO DE CÁLCIO E SAL MARINHO. 100% NATURAL, NÃO CONTÉM GLÚTEN, SOJA, LÁCTEOS E NEM CONSERVANTES. COM ROTULAGEM CONTENDO INFORMAÇÕES CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA ENTREGA DO PRODUTO. EMBALAGEM DE 1 LITRO, SABORES A ESCOLHER. - MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA ENTREGA DO PRODUTO. EMBALAGEM DE 1 LITRO, SABORES A ESCOLHER.	16,5000	4.785,00
22	5.400,000	PCT	BEBIDA LACTEA, VARIOS SABORES, EMBALAGEM COM 900GR EM SACO PLASTICO, VALIDADE 05 DIAS	4,8500	26.190,00
23	1.150,000	KG	BETERRABA DE PRIMEIRA QUALIDADE.	3,2500	3.737,50
24	1.000,000	PCT	BISCOITO DIET (COOKIES), EMBALAGEM PACOTE 150 GRAMAS GRAMAS.	13,5000	13.500,00
25	1.318,000	PCT	BISCOITO DOCE (SABOR LEITE), PCT. DE 400 GR. ING.: FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, GORDURA VEGETAL HIDROGENADA, AÇÚCAR REFINADO, AÇÚCAR INVERTIDO, XAROPE DE MALTE, SAL, FERMENTOS QUÍMICOS, BICARBONATO DE SÓDIO E BICARBONATO DE AMÔNIO, MELHORADOR DE FARINHA. CONTÉM: ESTABILIZANTE, LECITINA DE SOJA E AROMATIZANTE ARTIFICIAL ANTIOXIDANTE ÁCIDO CITRICO. CONTÉM GLÚTEN. MELHORADOR DE FARINHA. CONTÉM: ESTABILIZANTE, LECITINA DE SOJA E AROMATIZANTE ARTIFICIAL ANTIOXIDANTE ÁCIDO CITRICO. CONTÉM GLÚTEN.	7,0000	9.226,00
26	2.102,000	PCT	BISCOITO DOCE, TIPO MARIA, EMBALAGEM PLÁSTICA, PACOTE DE 370 GR, VALIDADE DE 12 MESES.	5,9900	12.590,98
27	1.317,000	PCT	BISCOITO ROSCA DE CHOCOLATE, PCT DE 650 GRAMAS	9,9900	13.156,83
28	2.009,000	PCT	BISCOITO SALGADO CREAM CRACKER, PACOTE 400 GR, CONTENDO: FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, AÇÚCAR, GORDURA VEGETAL HIDROGENADA, AÇÚCAR INVERTIDO, XAROPE DE MALTOSE, SORO DE LEITE EM PÓ, SAL, FERMENTO BIOLÓGICO, FERMENTO QUÍMICO, MELHORADOR DE FARINHA, ESTABILIZANTE, AROMATIZANTE ARTIFICIAL, ANTIOXIDANTE, EMBALAGEM ALUMINIZADA, VALIDADE 8 MESES	5,9000	11.853,10



29	470,000	PCT	BOLACHA SEM LACTOSE E SEM PROTEÍNA DO LEITE. ISENTO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL. PCT DE 400 GRAMAS. - BOLACHA SEM LACTOSE E SEM PROTEÍNA DO LEITE. ISENTO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL. PCT DE	9,9500	4.676,50
30	1.300,000	PCT	BOLACHÃO DE MEL, PACOTE COM 800 GRAMAS. - BOLACHÃO DE MEL, PACOTE COM	11,9800	15.574,00
31	1.840,000	UN	BISCOITO GERGELIM. PACOTE DE 400GR. O PRODUTO DEVE APRESENTAR-SE INTEGRO E CROCANTE, COM SABOR E ODOR AGRADÁVEL. A EMBALAGEM DEVE ESTAR INTACTA, BEM VEDADA E DEVE CONSTAR: DATA DE FABRICAÇÃO DE NO MÁXIMO 1 MÊS DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO, INGREDIENTES, PROCEDÊNCIA E PRAZO DE VALIDADE. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. - BISCOITO GERGELIM. PACOTE DE 400GR. O PRODUTO DEVE APRESENTAR-SE INTEGRO E CROCANTE, COM SABOR E ODOR AGRADÁVEL. A EMBALAGEM DEVE ESTAR INTACTA, BEM VEDADA E DEVE CONSTAR: DATA DE FABRICAÇÃO DE NO MÁXIMO 1 MÊS DA DATA DE ENTREGA DO	8,0000	14.720,00
32	3.610,000	UN	BOMBONS SORTIDOS, CAIXA COM NO MINIMO 250 GRAMAS - BOMBONS SORTIDOS, CAIXA COM NO MINIMO 250 GRAMAS	13,9000	50.179,00
33	1.600,000	KG	BRÓCOLIS DE CABEÇA, PRIMEIRA QUALIDADE - BRÓCOLIS DE CABEÇA, PRIMEIRA	20,0000	32.000,00
34	550,000	CX	CACAU EM PÓ, 100% CACAU, SEM ADIÇÃO DE AÇUCAR, CAIXA COM 200 GRAMAS - CACAU EM PÓ, 100% CACAU, SEM ADIÇÃO DE AÇUCAR, CAIXA COM 200 GRAMAS.	8,9000	4.895,00
35	280,000	FR	CANELA EM PO, 30GR. - CANELA EM PO, 30GR.	3,2000	896,00
36	320,000	PCT	CANELA EM RAMA COM 10 GR, EMBALAGEM PLÁSTICA, VALIDADE - CANELA EM RAMA COM 10 GR, EMBALAGEM PLÁSTICA, VALIDADE 12	2,8000	896,00
37	2.400,000	KG	CAQUI DE CHOCOLATE, 1ª QUALIDADE. - CAQUI DE CHOCOLATE, 1ª QUALIDADE.	13,8000	33.120,00
38	1.174,000	UN	CARGA DE GAS COZINHA P-13. - CARGA DE GAS COZINHA P-13.	130,0000	152.620,00
39	3.800,000	KG	CARNE BOVINA MOÍDA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, CONGELADA. - CARNE BOVINA MOÍDA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, CONGELADA.	31,5000	119.700,00



40	850,000	KGS	CARNE BOVINA COM OSSO (MÚSCULO), CONGELADA, SEM ADIÇÃO DE SAL E/OU TEMPEROS. EMBALADA A VÁCUO. INSPECIONADA. ASPECTO PRÓPRIO, NÃO AMOLECIDO, NEM PEGAJOSO, COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIOS, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES. COM INSPEÇÃO E ROTULAGEM CONTENDO INFORMAÇÕES CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. VALIDADE MÍNIMA DE 4 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO. EMBALAGEM ATÓXICA E RESISTENTE DE 1KG. - CARNE BOVINA COM OSSO (MÚSCULO), CONGELADA, SEM ADIÇÃO DE SAL E/OU TEMPEROS. EMBALADA A VÁCUO. INSPECIONADA. ASPECTO PRÓPRIO, NÃO AMOLECIDO, NEM PEGAJOSO, COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIOS, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES. COM INSPEÇÃO E ROTULAGEM CONTENDO INFORMAÇÕES CONFORME	20,9800	17.833,00
41	3.470,000	KG	CARNE BOVINA SEM OSSO, QUARTO, DE PRIMEIRA QUALIDADE. SEM GORDURA APARENTE, NÃO SERÁ ACEITO RECORTES. INSPECIONADA, ASPECTO PRÓPRIO, NÃO AMOLECIDO, NEM PEGAJOSO, COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIOS, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES. COM INSPEÇÃO E ROTULAGEM CONTENDO INFORMAÇÕES CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. VALIDADE MÍNIMA DE 4 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO. EMBALAGEM ATÓXICA E RESISTENTE DE 1KG. - CARNE BOVINA SEM OSSO, QUARTO, DE PRIMEIRA QUALIDADE. SEM GORDURA APARENTE, NÃO SERÁ ACEITO RECORTES. INSPECIONADA, ASPECTO PRÓPRIO, NÃO AMOLECIDO, NEM PEGAJOSO, COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIOS, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES. COM INSPEÇÃO E ROTULAGEM CONTENDO INFORMAÇÕES	28,9800	100.560,60
42	6.410,000	KG	CARNE DE FRANGO COXA E SOBRE-COXA, COM REGISTRO DE INSPEÇÃO ANIMAL, VALIDADE 6 MESES	8,9800	57.561,80
43	5.000,000	KG	CARNE DE FRANGO, PEITO SEM OSSO, TIPO FILÉ. - CARNE DE FRANGO, PEITO SEM OSSO,	18,9900	94.950,00
44	1.742,000	KG	CARNE SUÍNA DE PERNIL, PRIMEIRA QUALIDADE, SEM PELE E SEM GORDURA - CARNE SUÍNA DE PERNIL, PRIMEIRA QUALIDADE, SEM	12,9900	22.628,58
45	2.191,000	KG	CEBOLA DE PRIMEIRA QUALIDADE. - CEBOLA DE PRIMEIRA QUALIDADE.	6,9900	15.315,09
46	1.400,000	KG	CENOURA DE PRIMEIRA QUALIDADE. - CENOURA DE PRIMEIRA QUALIDADE.	4,9800	6.972,00
47	400,000	UN	CHOCOLATE EM PÓ, LATA DE 400 GRAMAS - VALIDADE NÃO INFERIOR - CHOCOLATE EM PÓ, LATA DE 400 GRAMAS - VALIDADE NÃO INFERIOR A 06 MESES.	7,2800	2.912,00



48	1.150,000	KG	CHUCHU DE PRIMEIRA QUALIDADE - CHUCHU DE PRIMEIRA QUALIDADE	2,9800	3.427,00
49	670,000	PCT	COCO RALADO, NATURAL, SEM ADIÇÃO DE AÇUCAR, EMBALAGEM PLÁSTICA, COM 100 GR, VALIDADE 12 MESES. - COCO RALADO, NATURAL, SEM ADIÇÃO DE AÇUCAR, EMBALAGEM PLÁSTICA, COM 100 GR,	6,5000	4.355,00
50	470,000	PCT	COLORAU, EMBALAGEM PLÁSTICA, COM 500 GR, VALIDADE 12 MESES. - COLORAU, EMBALAGEM PLÁSTICA, COM 500 GR,	6,1000	2.867,00
51	1.300,000	KG	COUVE FLOR DE PRIMEIRA QUALIDADE - COUVE FLOR DE PRIMEIRA QUALIDADE	6,9900	9.087,00
52	410,000	PCT	CRAVO DA ÍNDIA, COM 10 GR, EMBALAGEM PLÁSTICA - CRAVO DA ÍNDIA, COM 10 GR, EMBALAGEM PLÁSTICA, VALIDADE 12 MESES	2,6500	1.086,50
53	1.050,000	UN	CREME DE LEITE (NATA) SACHE DE 300 GRAMAS. - CREME DE LEITE (NATA) SACHE DE	8,9000	9.345,00
54	1.050,000	UN	CREME DE LEITE UHT, 200 GR, EMBALAGEM TETRA PAK, VALIDADE 4 - CREME DE LEITE UHT, 200 GR, EMBALAGEM TETRA PAK,	3,4500	3.622,50
55	450,000	PCT	ERVILHA VERDE, CONGELADA, PARTIDA, TIPO 1. COM ROTULAGEM CONTENDO INFORMAÇÕES CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. ISENTA DE CONSERVANTES, SUJIDADES, PARASITAS, LARVAS, MOFO, BROTADOS, IMATUROS, MANCHADOS, CARUNCHADOS, E DESCOLORIDOS QUE PREJUDIQUEM SUA APARÊNCIA E QUALIDADE. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES, A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO. EMBALAGEM PLÁSTICA DE 500G. - ERVILHA VERDE, CONGELADA, PARTIDA, TIPO 1. COM ROTULAGEM CONTENDO INFORMAÇÕES CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. ISENTA DE CONSERVANTES, SUJIDADES, PARASITAS, LARVAS, MOFO, BROTADOS, IMATUROS, MANCHADOS, CARUNCHADOS, E DESCOLORIDOS QUE PREJUDIQUEM SUA	25,0000	11.250,00
56	800,000	LTA	EXTRATO DE TOMATE, LATA DE 850 GRAMAS. - EXTRATO DE TOMATE, LATA DE 850 GRAMAS.	10,3000	8.240,00
57	1.050,000	CX	FARINHA DE AVEIA, EMBALAGEM COM 200 GRAMAS. - FARINHA DE AVEIA, EMBALAGEM COM 200 GRAMAS.	3,9900	4.189,50
58	250,000	UN	FARINHA DE MANDIOCA, TORRADA, EMBALAGEM DE PAPEL DE 1KG. - FARINHA DE MANDIOCA, TORRADA, EMBALAGEM DE PAPEL	9,9000	2.475,00



59	900,000	UN	FARINHA DE MILHO, FINA, EMBALAGEM PLASTICA DE 1KG. - FARINHA DE MILHO, FINA, EMBALAGEM PLASTICA DE 1KG.	3,7500	3.375,00
60	700,000	PCT	FARINHA DE TRIGO INTEGRAL, PCT DE 1KG. - FARINHA DE TRIGO INTEGRAL, PCT DE 1KG.	4,3500	3.045,00
61	750,000	PCT	FARINHA DE TRIGO, ESPECIAL, TIPO 1, BRANCA, ENRIQUERICA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO. PRODUTO LIVRE DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS. NÃO PODENDO SER ÚMIDO, FERMENTADO OU RANÇOSO. COM ASPECTO EM PÓ FINO, CHEIRO E SABOR PRÓPRIO DO PRODUTO. COM ROTULAGEM CONTENDO INFORMAÇÕES CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. VALIDADE MÍNIMA DE 4 MESES A PARTIR DA DATA DA ENTREGA DO PRODUTO. EMBALAGEM DE 5KG. - FARINHA DE TRIGO, ESPECIAL, TIPO 1, BRANCA, ENRIQUERICA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO. PRODUTO LIVRE DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS. NÃO PODENDO SER ÚMIDO, FERMENTADO OU RANÇOSO. COM ASPECTO EM PÓ FINO, CHEIRO E SABOR PRÓPRIO DO PRODUTO. COM ROTULAGEM CONTENDO INFORMAÇÕES CONFORME LEGISLAÇÃO	18,9000	14.175,00
62	150,000	PCT	FARINHA SEM GLÚTEN. INGREDIENTES: FARINHA DE ARROZ, FÉCULA DE BATATA, FÉCULA DE MANDIOCA E GOMA XANTANA. NÃO CONTÉM GLÚTEN. NÃO CONTÉM LEITE. SEM CONTAMINAÇÃO COM SOJA. VALIDADE MÍNIMA DE 4 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO. EMBALAGEM DE 1KG - FARINHA SEM GLÚTEN. INGREDIENTES: FARINHA DE ARROZ, FÉCULA DE BATATA, FÉCULA DE MANDIOCA E GOMA XANTANA. NÃO CONTÉM GLÚTEN. NÃO CONTÉM LEITE. SEM CONTAMINAÇÃO COM SOJA. VALIDADE	9,4500	1.417,50
63	1.940,000	KG	FEIJAO PRETO,GRUPO ANAO,CLASSE PRETO,TIPO 1,SAFRA NOVA - FEIJAO PRETO,GRUPO ANAO,CLASSE PRETO,TIPO 1,SAFRA NOVA, EMBALAGEM PLASTICA 1 KG.	7,6500	14.841,00
64	135,000	UN	FERMENTO BIOLÓGICO SECO, INSTANTÂNEO, PCT. DE 500 GR. - FERMENTO BIOLÓGICO SECO, INSTANTÂNEO, PCT. DE 500 GR.	18,5000	2.497,50
65	400,000	UN	FERMENTO EM PÓ QUIMICO, EMBALAGEM POTE PLASTICO DE 250 GR, V - FERMENTO EM PÓ QUIMICO, EMBALAGEM POTE PLASTICO DE 250 GR, VALIDADE 12 MESES.	7,2000	2.880,00
66	1.150,000	KG	FILÉ DE PEIXE DE BOA QUALIDADE, TIPO TILÁPIA, EM CORTE V, FILÉ CONGELADO DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES DA LEGISLAÇÃO, COM PESO DE 1KG , COM COLORAÇÃO E ODOR CARACTERISTICOS, SEM	55,0000	63.250,00



67	1.450,000	PCT	GUARDANAPOS DE PAPEL, FOLHA SIMPLES, 22 X 22,5 CM, BRANCO - GUARDANAPOS DE PAPEL, FOLHA SIMPLES, 22 X 22,5 CM, BRANCO	1,7500	2.537,50
68	880,000	UN	IOGURTE 0 LACTOSE, SABOR MORANGO, EMBALAGEM COM NO MÍN. 850G - IOGURTE 0 LACTOSE, SABOR MORANGO, EMBALAGEM	14,4500	12.716,00
69	500,000	UN	IOGURTE DIET, LEITE DESNATADO OU RECONSTITUÍDO DESNATADO PREPARADO DE MORANGO (ÁGUA, POLPA DE MORANGO, VITAMINAS, CORANTE NATURAL CARMIM DE COCHONILHA, EMULSIFICANTES ARTIFICIAIS CICLAMATO DE SÓDIO E ASPARTAME, CONSERVANTE SORBATO DE POTÁSSIO, AROMA IDÊNTICO NATURAL DE MORANGO E ESPESSANTE GOMA GUAR, SORO DE LEITE EM PÓ, FERMENTOS LÁCTEOS E MISTURA DE ESTABILIZANTES (PECTINA E AGAR), CONTEM GLUTEN, COM FENILALANINA, EMBALAGEM COM 170ML. - IOGURTE DIET, LEITE DESNATADO OU RECONSTITUÍDO DESNATADO PREPARADO DE MORANGO (ÁGUA, POLPA DE MORANGO, VITAMINAS, CORANTE NATURAL CARMIM DE COCHONILHA, EMULSIFICANTES ARTIFICIAIS CICLAMATO DE SÓDIO E ASPARTAME, CONSERVANTE SORBATO DE POTÁSSIO, AROMA IDÊNTICO NATURAL DE MORANGO E ESPESSANTE GOMA GUAR, SORO DE LEITE EM PÓ, FERMENTOS LÁCTEOS E MISTURA DE ESTABILIZANTES (PECTINA E	2,9000	1.450,00
70	450,000	UN	IOGURTE NATURAL INTEGRAL, SEM AÇUCAR, EMBALADO EM POTE PLAST - IOGURTE NATURAL INTEGRAL, SEM AÇUCAR, EMBALADO EM POTE PLASTICO DE 500 GR.	8,8500	3.982,50
71	1.230,000	KG	KIWI DE PRIMEIRA QUALIDADE - KIWI DE PRIMEIRA QUALIDADE	25,0000	30.750,00
72	2.475,000	KG	LARANJA DE PRIMEIRA QUALIDADE. - LARANJA DE PRIMEIRA QUALIDADE.	5,2900	13.092,75
73	1.250,000	UN	LEITE 0% LACTOSE, LEITE UHT SEMIDESNATADO PARA DIETA COM RESTRIÇÃO DE LACTOSE, INGREDIENTES: LEITE SEMIDESNATADO, ENZIMA LACTOSE E ESTABILIZANTES, CITRATO DE SÓDIO, TRIFOSFATO DE SÓDIO, MONOFOSFATO DE SÓDIO E DIFOSFATO DE SÓDIO, NÃO CONTÉM GLÚTEN, EMBALAGEM COM 01 LITRO	5,9000	7.375,00
74	1.100,000	CX	LEITE CONDENSADO, EMBALAGEM TETRA PAK, 395 G. - LEITE CONDENSADO, EMBALAGEM TETRA PAK, 395 G.	5,9800	6.578,00
75	450,000	UN	LEITE DE COCO, 200 ML, FRASCO DE VIDRO. - LEITE DE COCO, 200 ML, FRASCO DE VIDRO.	6,9000	3.105,00



76	300,000	UN	LEITE DE SOJA, SOJA + CÁLCIO, 0% LACTOSE E COLESTEROL. INGREDIENTES: EXTRATO DE SOJA, ÁGUA, AÇÚCAR, SAL, VITAMINAS (A,C,D,E, B2,B6,B12, ÁCIDO FÓLICO) E MINERAIS (CÁLCIO E ZINCO), AROMATIZANTES AROMAS DIVERSOS, ESTABILIZANTE GOMA GELADA, CITRATO DE SOJA, GOMA XANTANA E LECITINA DER SOJA. NÃO CONTEM GLÚTEN, UNIDADE 01 LITRO. - LEITE DE SOJA, SOJA + CÁLCIO, 0% LACTOSE E COLESTEROL. INGREDIENTES: EXTRATO DE SOJA, ÁGUA, AÇÚCAR, SAL, VITAMINAS (A,C,D,E, B2,B6,B12, ÁCIDO FÓLICO) E MINERAIS (CÁLCIO E ZINCO), AROMATIZANTES AROMAS DIVERSOS, ESTABILIZANTE GOMA GELADA, CITRATO DE	8,2500	2.475,00
77	1.100,000	CX	LEITE DESNATADO, CAIXA COM 1 LITRO, VALIDADE 5 DIAS. - LEITE DESNATADO, CAIXA COM 1 LITRO, VALIDADE 5 DIAS.	5,2700	5.797,00
78	804,000	PCT	LEITE EM PÓ INTEGRAL SEM AÇUCAR, EMBALAGEM PACOTE ALUMINIZADO 400 GRAMAS, VALIDADE 12 MESES. - LEITE EM PÓ INTEGRAL SEM AÇUCAR, EMBALAGEM PACOTE ALUMINIZADO 400 GRAMAS, VALIDADE 12	14,9000	11.979,60
79	10.184,000	UN	LEITE LONGA VIDA, INTEGRAL, EMBALAGEM TETRA PAK, COM 1 LITRO - LEITE LONGA VIDA, INTEGRAL, EMBALAGEM CAIXA TETRA PAK,	4,8500	49.392,40
80	700,000	KG	LIMÃO DE PRIMEIRA QUALIDADE - LIMÃO DE PRIMEIRA QUALIDADE	7,1500	5.005,00
81	2.550,000	KG	LINGUIÇA DE CARNE SUINA, COM REGISTRO DE INSPEÇÃO ANIMAL, - LINGUIÇA DE CARNE SUINA, COM REGISTRO DE INSPEÇÃO ANIMAL, EMBALAGEM 1 KG, VALIDADE 60 DIAS.	21,9000	55.845,00
82	80,000	PCT	MAÇÃ DESIDRATADA, PACOTE COM 100 GRAMAS. - MAÇÃ DESIDRATADA, PACOTE COM	35,0000	2.800,00
83	11.150,000	KG	MAÇA GALA, DE 1ª QUALIDADE EMBALAGEM CAIXA CARTELADA. - MAÇA GALA, DE 1ª QUALIDADE EMBALAGEM CAIXA CARTELADA.	8,6500	96.447,50
84	400,000	PCT	MACARRÃO DE ARROZ, TIPO ESPAGUETE. ISENTO DE GORDURAS TRANS. - MACARRÃO DE ARROZ, TIPO ESPAGUETE. ISENTO DE GORDURAS TRANS. ISENTO DE GLÚTEN, OVOS, SOJA, CONSERVANTES, LEITE E SEUS DERIVADOS. PRODUTO 100% NATURAL. COM ROTULAGEM CONTENDO INFORMAÇÕES CONFORME	6,5000	2.600,00
85	1.200,000	PCT	MACARRÃO TIPO CABELO DE ANJO, PACOTE COM 500GR, CONTENDO: SÊMOLA DE TRIGO ENRIQUECIDO COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, OVOS PASTEURIZADOS, CORANTES NATURAIS, URUCUM E CÚRCUMA, EMBALAGEM PLASTICA, VALIDADE 12 MESES	6,5000	7.800,00



86	1.300,000	PCT	MACARRÃO TIPO ESPAGUETE, PACOTE COM 500 GRAMAS, INGREDIENTES: SÊMOLA DE TRIGO, OVOS, URUCUM E CÚRCUMA (CORANTES NATURAIS) CONTEM GLÚTEN E SELO DE QUALIDADE EMBALAGEM PLÁSTICA VALIDADE 6 MESES. - MACARRÃO TIPO ESPAGUETE, PACOTE COM 500 GRAMAS, INGREDIENTES: SÊMOLA DE TRIGO, OVOS, URUCUM E CÚRCUMA (CORANTES NATURAIS) CONTEM GLÚTEN E SELO DE QUALIDADE	3,9000	5.070,00
87	1.300,000	PCT	MACARRÃO TIPO PARAFUSO, PCT. 500 G. ING.: SÊMOLA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, OVOS E CORANTES NATURAIS URUCUM E CÚRCUMA. CONTÉM GLÚTEN E SELO DE QUALIDADE. - MACARRÃO TIPO PARAFUSO, PCT. 500 G. ING.: SÊMOLA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, OVOS E CORANTES NATURAIS URUCUM E CÚRCUMA. CONTÉM GLÚTEN E	4,5000	5.850,00
88	1.300,000	PCT	MACARRÃO TIPO PENNE, PCT. 500 GRAMAS. ING.: SÊMOLA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, CORANTES NATURAIS, URUCUM E CÚRCUMA. - MACARRÃO TIPO PENNE, PCT. 500 GRAMAS. ING.: SÊMOLA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, CORANTES	4,5000	5.850,00
89	600,000	PCT	MACARRÃO TIPO PENNE. INGREDIENTES: FARINHA DE ARROZ, FARINHA DE CHIA, FARINHA DE BATATA DOCE, FARINHA DE CENOURA E CÚRCUMA. SEM GLÚTEN. SEM GLÚTEN. SEM CONSERVANTES. ISENTO DE GORDURA TRANS. COM ROTULAGEM CONTENDO INFORMAÇÕES CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO. EMBALAGEM DE 300G. - MACARRÃO TIPO PENNE. INGREDIENTES: FARINHA DE ARROZ, FARINHA DE CHIA, FARINHA DE BATATA DOCE, FARINHA DE CENOURA E CÚRCUMA. SEM GLÚTEN. SEM GLÚTEN. SEM CONSERVANTES. ISENTO DE GORDURA TRANS. COM ROTULAGEM CONTENDO	8,0000	4.800,00
90	3.600,000	KG	MAMAO MEDIO, DE 1ª QUALIDADE, EMBALAGEM PLASTICA. - MAMAO MEDIO, DE 1ª QUALIDADE, EMBALAGEM PLASTICA.	8,9900	32.364,00
91	900,000	KG	MANDIOCA CONGELADA. - MANDIOCA CONGELADA.	9,9800	8.982,00
92	3.650,000	KG	MANGA DE PRIMEIRA QUALIDADE. - MANGA DE PRIMEIRA QUALIDADE.	6,4800	23.652,00
93	1.700,000	KG	MARACUJA DE PRIMEIRA QUALIDADE - MARACUJA DE PRIMEIRA QUALIDADE	15,9000	27.030,00
94	500,000	PCT	MASSA ALFABETO ANIMADO, EMBALAGEM COM 500 GR. - MASSA ALFABETO ANIMADO, EMBALAGEM COM 500 GR.	5,7500	2.875,00



95	400,000	PCT	MASSA INTEGRAL, PACOTE COM 500 GRAMAS, EMBALAGEM PLÁSTICA. - MASSA INTEGRAL, PACOTE COM 500 GRAMAS, EMBALAGEM	5,4800	2.192,00
96	3.900,000	KG	MELANCIA DE PRIMEIRA QUALIDADE - MELANCIA DE PRIMEIRA QUALIDADE	2,8900	11.271,00
97	3.600,000	KG	MELÃO DE PRIMEIRA QUALIDADE - MELÃO DE PRIMEIRA QUALIDADE	6,1900	22.284,00
98	1.712,000	PCT	MILHO PARA PIPOCA, GRUPO DURA, CLASSE AMARELA, TIPO 1, EMBALAGEM PLASTICA 500 GR, VALIDADE 6 MESES. - MILHO PARA PIPOCA, GRUPO DURA, CLASSE AMARELA, TIPO 1, EMBALAGEM PLASTICA 500 GR,	5,0500	8.645,60
99	150,000	PCT	MISTURA PARA BOLO DIET (ZERO AÇÚCAR), EMBALAGEM PACOTE COM 3 - MISTURA PARA BOLO DIET (ZERO AÇÚCAR), EMBALAGEM PACOTE COM 300 GRAMAS.	9,8000	1.470,00
100	400,000	KG	MORANGA CABOTIA DE PRIMEIRA QUALIDADE - MORANGA CABOTIA DE PRIMEIRA	4,8900	1.956,00
101	3.000,000	KG	MORANGO, IN NATURA, PRIMEIRA QUALIDADE, MATURAÇÃO ADEQUADA PARA O CONSUMO, FRESCO. COR, SABOR E ODOR CARACTERÍSTICO. ESTAR LIVRE DE ENFERMIDADE, INSETO E SUJIDADES. LIVRE DE LESÕES FÍSICAS, MECÂNICAS OU BIOLÓGICAS. - MORANGO, IN NATURA, PRIMEIRA QUALIDADE, MATURAÇÃO ADEQUADA PARA O CONSUMO, FRESCO. COR, SABOR E ODOR CARACTERÍSTICO. ESTAR	28,0000	84.000,00
102	160,000	PCT	NOZ MOSCADA, EMBALAGEM PLÁSTICA DE 8GR. - NOZ MOSCADA, EMBALAGEM PLÁSTICA	4,2500	680,00
103	2.912,000	UN	OLEO DE SOJA REFINADO, 900ML. - OLEO DE SOJA REFINADO, 900ML.	7,1500	20.820,80
104	450,000	PCT	OREGANO, EMBALAGEM PLASTICA DE 100 GR, VALIDADE 12 MESES. - OREGANO, EMBALAGEM PLASTICA DE 100 GR, VALIDADE	5,5000	2.475,00
105	2.170,000	CX	OVOS DE GALINHA DE GRANJA, EMBALADO EM CAIXA COM 12 UNIDADES - OVOS DE GALINHA DE GRANJA, EMBALADO EM CAIXA COM 12 UNIDADES	8,9000	19.313,00
106	3.400,000	KG	PÃO DOCE PARA CACHORRO QUENTE, EMBALAGEM PLÁSTICA - PÃO DOCE PARA CACHORRO QUENTE, EMBALAGEM PLÁSTICA,	12,9000	43.860,00
107	3.750,000	KG	PÃO FORMA FATIADO PARA SANDUÍCHE, EMB. PLÁSTICA, VALIDADE 5D - PÃO FORMA FATIADO PARA SANDUÍCHE, EMBALAGEM PLÁSTICA, VALIDADE 5 DIAS.	12,5000	46.875,00



108	3.404,000	KG	PÃO FRANCÊS. - PÃO FRANCÊS.	10,9000	37.103,60
109	400,000	PCT	PÃO SEM GLÚTEN, SEM LEITE E SEM OVO, FATIADO. - PÃO SEM GLÚTEN, SEM LEITE E SEM OVO, FATIADO. DESTINADO AO ATENDIMENTO DE CRIANÇAS CELÍACAS, INTOLERANTES À LACTOSE, ALÉRGICOS à PROTEÍNA DO LEITE DE VACA E ALÉRGICOS A OVO. NÃO CONTER ADIÇÃO DE AÇUCAR OU ADOÇANTE. FABRICADO A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS SÃSE LIMPAS, ISENTAS DE MATÉRIA TERROSA E PARASITAS, DEVENDO ESTAR EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO. COM ROTULAGEM CONTENDO INFORMAÇÕES CONFORME	19,0000	7.600,00
110	2.900,000	KG	PÊSSEGO FRESCO 1ª QUALIDADE. - PÊSSEGO FRESCO 1ª QUALIDADE.	11,4000	33.060,00
111	470,000	KG	PIMENTÃO VERDE, TAMANHO GRANDE, DE PRIMEIRA QUALIDADE. - PIMENTÃO VERDE, TAMANHO GRANDE, DE PRIMEIRA QUALIDADE.	12,2500	5.757,50
112	1.200,000	UN	POLVILHO AZEDO, EMBALAGEM COM 500 GR. - POLVILHO AZEDO, EMBALAGEM COM 500 GR.	5,7500	6.900,00
113	1.100,000	PCT	POLVILHO DOCE, EMBALAGEM COM 500 GR. - POLVILHO DOCE, EMBALAGEM COM 500 GR.	5,7000	6.270,00
114	800,000	KG	PRESUNTO INTEIRO, 1ª QUALIDADE. - PRESUNTO INTEIRO, 1ª QUALIDADE.	30,9700	24.776,00
115	125,000	KG	QUEIJO MUSSARELA SEM LACTOSE EM PEÇA, ISENTO DE GORDURA - QUEIJO MUSSARELA SEM LACTOSE EM PEÇA, ISENTO DE GORDURA VEGETAL HIDROGENADA. INSPECIONADO. COM ROTULAGEM CONTENDO INFORMAÇÕES CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. VALIDADE MÍNIMA DE 1 MÊS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO. EMBALAGEM DE, NO	48,0000	6.000,00
116	1.312,000	KG	QUEIJO TIPO MUSSARELA, FECHAMENTO A VÁCUO, - QUEIJO TIPO MUSSARELA, FECHAMENTO A VÁCUO, EMBALAGEM	38,3800	50.354,56
117	2.180,000	KG	REPOLHO BRANCO, DE BOA QUALIDADE. - REPOLHO BRANCO, DE BOA QUALIDADE.	3,9900	8.698,20
118	700,000	UN	REQUEIJÃO CREMOSO, EMBALAGEM BISNAGA PLÁSTICA DE 1,8KG. - REQUEIJÃO CREMOSO, EMBALAGEM BISNAGA PLÁSTICA DE 1,8KG.	28,9000	20.230,00
119	670,000	PCT	SAGU, GRUPO TAPIÓCA, TIPO 1, CLASSE SAGU ARTIFICIAL, EMBALAGEM PLÁSTICA DE 500 GR, VALIDADE 12 MESES. - SAGU, GRUPO	6,3500	4.254,50
120	682,000	PCT	SAL IODADO, REFINADO, PCT. DE 1 KG. - SAL IODADO, REFINADO, PCT. DE 1 KG.	1,8000	1.227,60



121	80,000	UN	SALAMONÍACO, 100 GRAMAS - SALAMONÍACO, 100 GRAMAS	3,2000	256,00
122	1.100,000	KGS	SALSICHA DE CARNE DE FRANGO, EMBALAGEM 500 GRAMAS, - SALSICHA DE CARNE DE FRANGO, EMBALAGEM 500	15,4000	16.940,00
123	1.180,000	UN	SUCO DE UVA INTEGRAL, NATURAL, SEM AÇUCAR, EMBALAGEM DE VIDR - SUCO DE UVA INTEGRAL, NATURAL, SEM AÇUCAR, EMBALAGEM DE VIDRO DE 1,5 LTS.	14,5000	17.110,00
124	3.870,000	KG	TOMATE DE PRIMEIRA QUALIDADE. - TOMATE DE PRIMEIRA QUALIDADE.	7,1500	27.670,50
125	115,000	PCT	UVA PASSA ESCURA. SEM SEMENTES. SEM ADIÇÃO DE AÇUCARES. - UVA PASSA ESCURA. SEM SEMENTES. SEM ADIÇÃO DE AÇUCARES. 100% NATURAL. INGREDIENTES: UVA PASSA ESCURA. COM ROTULAGEM CONTENDO INFORMAÇÕES CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. VALIDADE MÍNIMA DE 4 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.	11,0000	1.265,00
126	3.600,000	KG	UVA DE PRIMEIRA QUALIDADE. - UVA DE PRIMEIRA QUALIDADE.	14,9000	53.640,00
127	850,000	UN	VERDURA ACELGA, DE PRIMEIRA QUALIDADE. - VERDURA ACELGA, DE PRIMEIRA QUALIDADE.	6,0000	5.100,00
128	1.050,000	FR	VINAGRE DE MAÇÃ, INGREDIENTES: FERMENTO ACÉTICO DE MAÇÃ HIDRATADA, CONSERVANTE NSS 224, ACIDEZ MÉDIA 4,24, NÃO CONTEM GLÚTEN, FRASCO COM 750ML. - VINAGRE DE MAÇÃ, INGREDIENTES: FERMENTO ACÉTICO DE MAÇÃ HIDRATADA, CONSERVANTE NSS 224, ACIDEZ MÉDIA 4,24,	4,4500	4.672,50
129	818,000	FR	VINAGRE DE VINHO TINTO, 750ML. - VINAGRE DE VINHO TINTO, 750ML.	4,9000	4.008,20
130	1.538,000	KG	BOLO DE CENOURA COM COBERTURA DE CHOCOLATE - BOLO DE CENOURA COM COBERTURA DE CHOCOLATE	25,0000	38.450,00
131	1.484,000	KG	BOLO INGLÊS COM COBERTURA DE CHOCOLATE. - BOLO INGLÊS COM	25,0000	37.100,00
132	1.384,000	KG	BOLO TIPO FORMIGUEIRO - BOLO TIPO FORMIGUEIRO	25,9900	35.970,16
133	1.438,000	KG	BOLO TIPO NEGA MALUCA, COM COBERTURA DE CHOCOLATE. - BOLO TIPO NEGA MALUCA, COM COBERTURA DE CHOCOLATE.	30,0000	43.140,00



134	2.052,000	KG	CUCA RECHEADA DIVERSOS SABORES - CUCA RECHEADA DIVERSOS SABORES	15,9000	32.626,80
135	2.152,000	KG	CUCA SIMPLES - CUCA SIMPLES	14,9800	32.236,96
136	1.982,000	KG	GROSTOLI DOCE. - GROSTOLI DOCE.	20,9000	41.423,80
137	1.982,000	KG	GROSTOLI SALGADO. - GROSTOLI SALGADO.	19,9000	39.441,80
138	8.700,000	UN	MINIPIZZA, DIVERSOS SABORES, 100 GRAMAS CADA, EMBALAGEM INDI - MINIPIZZA, DIVERSOS SABORES, 100 GRAMAS CADA,	4,7500	41.325,00
139	13.100,000	UN	PASTEIS DOCES (MORANGO, GOIABADA, CHOCOLATE COM AVELÃ, NOZES - PASTEIS DOCES (MORANGO, GOIABADA, CHOCOLATE COM AVELÃ, NOZES COM LEITE	2,2500	29.475,00
140	16.900,000	UN	SALGADOS ASSADOS (CARNE, FRANGO, PRESUNTO) - ESFIRRA ASSADA, FECHADA, REGHEADA COM FRANGO DESFIADO, CARNE MOÍDA E/OU QUELJO. PESANDO APROXIMADAMENTE 50 GRAMAS POR UNIDADE. MASSA ASSADA. PREPARADA À BASE DE FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, GORDURA, FERMENTO, SAL, RECHEADA. A ESFIHA DEVE: SER PREPARADO COM MATÉRIAS PRIMAS Sãs, LIMPAS E EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO. NÃO É TOLERADO O EMPREGO DE CORANTES NA CONFECÇÃO DA MASSA; NÃO DEVE TER INDÍCIOS DE FERMENTAÇÃO, MOFO E ESTAR EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO; SER ROTULADO DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE; AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITOS, LARVAS E CORPOS ESTRANHOS: CARACTERÍSTICAS ORGANOLÉPTICAS, FÍSICO-QUÍMICAS. MICROBIOLÓGICAS E MICROSCÓPICAS DEVERÃO ESTAR DE ACORDO - COM A LEGISLAÇÃO SANITÁRIA VIGENTE. EMBALAGEM: DEVE SER ACONDICIONADA EM BANDEJA DE ISOPOR EMBALADA COM PLÁSTICO FILME OU SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE, - ATÓXICO, NÃO VIOLADO, RESISTENTE MANIPULAÇÃO E, AO TRANSPORTE. DEVE CONSTAR NA (EMBALAGEM - RÓTULO COM AS INFORMAÇÕES, DO FABRICANTE, INGREDIENTES, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL. - PASTEL ASSADO, RECHEADO DE FRANGO OU CARNE IBOVINA, OU QUELJO, TAMANHO APROXIMADO DE 5X8CM, PESANDO APROXIMADAMENTE 60-70 GRAMAS CADA. MASSA ASSADA PREPARADA À BASE DE FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, GORDURA, FERMENTO, SAL, RECHEADA EMBALAGEM: DEVE SER [ACONDICIONADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA TRANSPARENTE ATÓXICO, NÃO VIOLADO, RESISTENTE MANIPULAÇÃO E AO TRANSPORTE. DEVE CONSTAR NA	1,2500	21.125,00



141	16.700,000	UN	SALGADOS ASSADOS FRIOS(BOMBINHA, CANUDINHO, SANDUICHE DE - SALGADOS ASSADOS FRIOS(BOMBINHA, CANUDINHO,	1,2500	20.875,00
142	17.000,000	UN	SALGADOS FRITOS (COXINHA, CROQUETE, RISOLI, PASTEL SIMPLES). - SALGADOS FRITOS (COXINHA, CROQUETE, RISOLI, PASTEL	1,2500	21.250,00
143	630,000	LTR	SUCO INTEGRAL, SABOR: LARANJA EMBALAGEM DE 1 LT. DEVE CONSTAR NA EMBALAGEM: DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL E INGREDIENTES. DATA DE FABRICAÇÃO NO MÁXIMO 1 MÊS DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO. O PRODUTO DEVE APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. DEVE SER NÃO FERMENTADO E NÃO ALCOÓLICO. VALIDADE MÍNIMA 90 DIAS A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. FERMENTADO E NÃO ALCOÓLICO. VALIDADE MÍNIMA 90 DIAS A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. -	9,7900	6.167,70
144	895,000	UN	BALA SORTIDA, PACOTE COM 250 GR. - BALAS SORTIDA, PACOTE COM 250 GR.	5,7500	5.146,25
145	700,000	KG	BOLACHA CASEIRA COM GLACÊ. - BOLACHA CASEIRA COM GLACÊ.	32,9000	23.030,00
146	700,000	KG	BOLACHA CASEIRA DE MANTEIGA - BOLACHA CASEIRA DE MANTEIGA	32,9000	23.030,00
147	700,000	KG	BOLACHA CASEIRA DE MILHO - BOLACHA CASEIRA DE MILHO	32,9000	23.030,00
148	700,000	KG	BOLACHA CASEIRA DE NATA - BOLACHA CASEIRA DE NATA	32,9000	23.030,00
149	730,000	UN	BISCOITO DE POLVILHO TRADICIONAL. ZERO GORDURAS TRANS. FEITO COM ÓLEO DE COCO. INGREDIENTE: POLVILHO AZEDO, GORDURAS NOBRES, SAL, FARINHA DE ARROZ E OVO INTEGRAL EM PO. EMBALAGEM DE 80 GRAMAS. O PRODUTO DEVE PRESENTAR-SE INTEGRO E CROCANTE, COM SABOR E ODOR AGRADÁVEL. A EMBALAGEM DEVE ESTAR INTACTA, BEM VEDADA E DEVE CONSTAR: DATA DE FABRICAÇÃO, INGREDIENTES, PROCEDÊNCIA E PRAZO DE VALIDADE. VALIDADE MÍNIMA DE 4 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. EMBALAGEM DEVE ESTAR INTACTA, BEM VEDADA E DEVE CONSTAR: DATA DE FABRICAÇÃO, INGREDIENTES, PROCEDÊNCIA E PRAZO DE	6,8000	4.964,00



150	1.018,000	KG	BOLACHA, TIPO COLONIAL (TIPOS PINTADA, MILHO, (COCO, MANTEIGA, MELADO E AMIDO DE MILHO) PRIMEIRA (QUALIDADE, —FRESCA, — MACIA, —TAMANHO — UNIFORME. PRODUZIDA DE ACORDO COM AS PRÁTICAS DE MANIPULAÇÃO DE ALIMENTOS, SEM USO DE CONSERVANTES OU OUTROS ADITIVOS DE USO INDUSTRIAL. COM ROTULAGEM CONTENDO INFORMAÇÕES — CONFORME A LEGISLAÇÃO VIGENTE (INGREDIENTES, VALOR NUTRICIONAL, PESO, FABRICANTE. DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE). VALIDADE MÍNIMA DE 16 DIAS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO - BOLACHA, TIPO COLONIAL (TIPOS PINTADA, MILHO, (COCO, MANTEIGA, MELADO E AMIDO DE MILHO) PRIMEIRA (QUALIDADE, —FRESCA, — MACIA, — TAMANHO — UNIFORME. PRODUZIDA DE ACORDO COM AS PRÁTICAS DE MANIPULAÇÃO DE ALIMENTOS, SEM USO DE CONSERVANTES OU OUTROS ADITIVOS DE USO INDUSTRIAL. COM ROTULAGEM CONTENDO INFORMAÇÕES — CONFORME A LEGISLAÇÃO VIGENTE	31,9000	32.474,20
151	1.402,000	PCT	BOMBOM WAFER COM RECHEIO CREMOSO, COM COBERTURA DE CHOCOLATE EM EMBALAGEM INDIVIDUAL SELADA, PACOTE COM 1 KG. - BOMBOM WAFER COM RECHEIO CREMOSO, COM COBERTURA DE CHOCOLATE EM EMBALAGEM INDIVIDUAL SELADA, PACOTE	42,9000	60.145,80
152	846,000	VDR	CAFE SOLUVEL GRANULADO, 200 GRAMAS. - CAFE SOLUVEL GRANULADO, 200 GRAMAS.	18,2000	15.397,20
153	568,000	UN	CAFÉ TORRADO E MOÍDO, EMBALAGEM COM 500 GRAMAS - CAFÉ TORRADO E MOÍDO, EMBALAGEM COM 500 GRAMAS	16,5000	9.372,00
154	250,000	CX	CALDO DE GALINHA COM 12 TABLETES. - CALDO DE GALINHA COM 12 TABLETES.	2,9900	747,50
155	980,000	KG	CARNE BOVINA SEM OSSO, DE PRIMEIRA QUALIDADE, SEM GORDURA APARENTE, EMBALADA À VÁCUO, NÃO SERÁ ACEITO RECORTES. INSPECIONADA. ASPECTO PRÓPRIO, NÃO AMOLECIDO, NEM PEGAJOSO, COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIOS, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES. COM INSPEÇÃO E ROTULAGEM CONTENDO INFORMAÇÕES CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. VALIDADE MÍNIMA DE 4 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO. EMBALAGEM ATÓXICA E RESISTENTE DE 1KG.	29,9800	29.380,40



156	2.500,000	KG	CARNE DE FRANGO, TIPO CAIPIRA, CORTADO, PCT DE 1KG - CARNE DE FRANGO, TIPO CAIPIRA, CORTADO, PCT DE 1KG	9,9000	24.750,00
157	519,000	CX	CHÁ DIVERSOS SABORES, 15 GR, COM 15 SAQUINHOS. - CHÁ DIVERSOS SABORES, 15 GR, COM 15 SAQUINHOS.	3,7000	1.920,30
158	170,000	UN	CHOCOLATE AO LEITE EM BARRA DE 1 KG. - CHOCOLATE AO LEITE EM BARRA DE 1 KG.	27,5000	4.675,00
159	250,000	PCT	CHOCOLATE GRANULADO, 100 GRAMAS. - CHOCOLATE GRANULADO, 100 GRAMAS.	2,9900	747,50
160	456,000	UN	DOCE DE FRUTAS, SABORES DIVERSOS. EMBALAGEM COM NO MINIMO 400GRAMAS - DOCE DE FRUTAS, SABORES DIVERSOS. EMBALAGEM COM NO MINIMO	7,0000	3.192,00
161	838,000	KG	ERVA MATE SEM ACÚCAR, EMBALADA A VÁCUO - 1KG - ERVA MATE SEM ACÚCAR,	13,9000	11.648,20
162	200,000	PCT	ERVA PARA TERERE COM SABOR, EMBALAGEM COM 1KG. - ERVA PARA TERERE COM SABOR, EMBALAGEM COM 1KG.	7,9900	1.598,00
163	700,000	UN	ERVILHA EM CONSERVA, SACHÊ COM 200 GRAMAS. - ERVILHA EM CONSERVA, SACHÊ	3,9800	2.786,00
164	248,000	UN	FILTRO PARA CAFÉ	4,9000	1.215,20
165	240,000	UN	FILTRO PARA CAFÉ Nº103	4,9000	1.176,00
166	350,000	CX	GELATINA EM PÓ, CAIXA DE 20G, SABORES A ESCOLHER. - GELATINA EM PÓ, CAIXA DE 20G, SABORES A ESCOLHER.	1,7000	595,00
167	806,000	UN	MAIONESE EM SACHE COM 500 GR - MAIONESE EM SACHE COM 500 GR	7,1500	5.762,90
168	200,000	PT	MANTEIGA EXTRA COM SAL, POTE DE 200 GRAMAS, INGREDIENTES: GORDURA LÁCTEA, CONTÉM GLÚTEN. - MANTEIGA EXTRA COM SAL, POTE DE 200 GRAMAS, INGREDIENTES:	11,9800	2.396,00
169	256,000	UN	MARGARINA VEGETAL CREMOSA, POTE PLÁSTICO DE 500 GR	5,9800	1.530,88
170	650,000	UND	MILHO VERDE EM CONSERVA, SACHÊ COM 200 GRAMAS.	4,2000	2.730,00
171	606,000	KG	MORTADELA DE FRANGO. - MORTADELA DE FRANGO.	13,7500	8.332,50



172	200,000	KG	MEL DE ABELHA: PRODUTO NATURAL ELABORADO POR ABELHAS A PARTIR DE NÉCTAR DE FLORES E/OU EXSUDATOS SACARÍNICOS DE PLANTAS. NÃO PODERÁ CONTER SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS À SUA COMPOSIÇÃO NORMAL, NEM SER ADICIONADO DE CORRETIVOS DE ACIDEZ. PODERÁ SE APRESENTAR PARCIALMENTE CRISTALIZADO E NÃO APRESENTAR CARMELIZAÇÃO, NEM ESPUMA SUPERFICIAL. DEVERÁ PRESENTAR ASPECTO LIQUIDO CRISTALINO, COM COR LEVEMENTE AMARELADA E CASTANHO ESCURO E AROMA CARACTERÍSTICO. É PERMITIDO O AQUECIMENTO DO MEL ATÉ O MÁXIMO DE 70°C, DESDE QUE SEJA MANTIDA A SUA ATIVIDADE ENZIMÁTICA. É PROIBIDA A ADIÇÃO DE CORANTES, AROMATIZANTES, ESPESSANTES, CONSERVADORES E EDULCORANTES DE QUALQUER NATUREZA, NATURAIS E SINTÉTICOS. EMBALAGEM PRIMÁRIA: POTE 500G. É OBRIGATÓRIO TER SELO DE INSPEÇÃO SANITÁRIA: SIM OU SISP OU SIF. O MEL UTILIZADO NO ENVASE DEVERÁ SER APROVADO PELO MAPA (MINISTÉRIO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO).	23,4500	4.690,00
173	512,000	CX	PALITO DENTAL, CAIXA C/ 100 UNIDADES	1,0900	558,08
174	1.350,000	VDR	PEPINO EM CONSERVA	8,8700	11.974,50
175	914,000	UN	PIRULITO DIVERSOS SABORES, PACOTE COM 400 GR.	6,9800	6.379,72
176	912,000	KG	PRESUNTO FATIADO DE PRIMEIRA QUALIDADE	32,9000	30.004,80
177	300,000	KG	QUEIJO TIPO MUSSARELA, FATIADO, PCT DE NO MINIMO 150 GRAMAS	36,0000	10.800,00
178	800,000	UN	SORVETE, POTE COM 2 LTS, SABORES VARIADOS	25,0000	20.000,00
179	450,000	PCT	SUCO EM PÓ COM AÇUCAR, VÁRIOS SABORES, PACOTE COM 250GRS	5,9900	2.695,50
180	650,000	UN	SUCO DE FRUTA CONCENTRADO, SABOR MARACUJÁ, EMBALAGEM DE 500ML. BEBIDA NÃO FERMENTADA, NÃO ALCOÓLICA E CONCENTRADA. CONTENDO ÁGUA POTÁVEL E SUCO CONCENTRADO DE MARACUJÁ, COM RENDIMENTO MINIMO DE 3 LITROS POR FRASCO DE 500 ML. DEVE ESTAR DE ACORDO COM AS NORMAS E/OU RESOLUÇÕES DA ANVISA/MS. DEVERÁ TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTÉRIO DA SAÚDE. EMBALAGEM DEVE ESTAR DEVIDAMENTE IDENTIFICADA, COM O NOME DO PRODUTO, DATA DE VALIDADE/LOTE E PESO LÍQUIDO. COM VALIDADE DE 6 (SEIS) MESES À 1 (UM) ANO A CONTAR A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	8,9000	5.785,00



181	800,000	UN	WAFER COM TRES CAMADAS DE RECHEIO, DIVERSOS SABORES, COM 180 - WAFER COM TRES CAMADAS DE RECHEIO, DIVERSOS	4,5000	3.600,00
182	158,000	UN	FILTRO PARA BOMBA DE CHIMARRAO. - FILTRO PARA BOMBA DE CHIMARRAO.	1,9900	314,42
183	206,000	PCT	CHÁ DE CAMOMILA (FLOR) PARA CHIMARRÃO, PCT COM 10 GRAMAS. - CHÁ DE CAMOMILA (FLOR) PARA CHIMARRÃO, PCT COM 10	2,7000	556,20
184	50,000	UN	EMUSTAB PARA SORVETE (EMULSIFICANTE E ESTABILIZANTE NEUTRO) - EMUSTAB PARA SORVETE (EMULSIFICANTE E ESTABILIZANTE NEUTRO) EMBALAGEM POTE PLASTICO 200 GRAMAS, VALIDADE 6 MESES.	13,5000	675,00
185	400,000	PCT	MASSA PARA LASANHA, COM 500 GR. - MASSA PARA LASANHA, COM 500 GR.	9,9800	3.992,00
186	100,000	PCT	MISTURA PARA PAO DE QUEIJO, COM 250 GRAMAS. - MISTURA PARA PAO DE QUEIJO,	8,9800	898,00
187	400,000	UN	PÓ PARA SORVETE COM 100 GR. - PÓ PARA SORVETE COM 100 GR.	5,2500	2.100,00

(Valores expressos em Reais R\$)	Total Geral:	3.203.884,82
----------------------------------	--------------	--------------

3. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1. JUSTIFICATIVA DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E DO QUANTITATIVO: são requisitados os produtos com as respectivas especificações, porque objetivam, para a Alimentação Escolar, atender ao cardápio elaborado em conformidade com as normas estabelecidas pela Governo Federal, no que tange ao Programa Nacional de Alimentação Escolar.

3.1.1. Para os itens destinados aos usuários dos programas e oficinas da Proteção Social do Município de Descanso, as especificações informadas atendem as necessidades dos programas assistenciais e levam em consideração os produtos adquiridos nos anos de 2020 e 2021.

3.2. JUSTIFICATIVA DO VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL: o valor máximo aceitável foi obtido através do menor dos preços obtidos na pesquisa de preços realizada com empresas do ramo, bem como na consulta da Ata de registro de preços do último pregão executado, considerando os valores praticados no procedimento.

3.2.1. Os orçamentos foram obtidos pelo Srta. Andressa Brugnerotto, Secretária de Assistência Social, pela Srta. Maiara Coletto Bonamigo, agente de secretaria lotada na Secretaria de Educação, pesquisa diretamente realizada nos supermercados do Município e aplicação da Ata de Registro de Preços do último processo licitatório com esta finalidade no Município.

3.2.2. Não serão aceitas, para fins de contratação, propostas finais com valores acima do valor máximo unitário apresentado no item 2.

3.2.3. Os produtos deverão ser entregues no local indicado pela Secretaria de Educação e/ou pela Secretaria de Assistência Social, podendo ocorrer nas unidades escolares e no Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, observada em qualquer caso a circunscrição do Município de Descanso/SC.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS

4.1. Os bens descritos no item 2 do presente Termo de Referência classificam-se como bens comuns, considerando que, nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520/02, podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, tal qual efetuado no já citado item 2.

5. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

5.1. Os produtos licitados deverão ser entregues no local indicado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura e pela Secretaria de Assistência Social, pelo valor aprovado no processo, sendo proibida a cobrança de qualquer outra despesa que venha a interferir no valor licitado e aprovado, mediante a emissão de autorização de fornecimento.



5.2. A fiscalização dos itens da Merenda Escolar (solicitações enviadas pela Secretaria de Educação) entregues será realizada pela Comissão de Alimentação Escolar - CAE, devidamente designada.

5.3. Os produtos/gêneros alimentícios deverão ser fornecidos com validade estabelecida no involucro, sendo que, **no momento da entrega, não poderá ter decorrido prazo superior a 1/3 da validade de cada produto**, de acordo com a solicitação da Secretaria Municipal de Educação e Assistência Social.

5.4. A contratada deverá proceder à entrega imediatamente, **no prazo máximo de até 3 (três) dias**, após o recebimento da Autorização de Fornecimento, nas quantidades e nas especificações solicitadas, devendo ainda conter a respectiva marca, sob pena de rejeição do produto e adjudicação a outrem;

5.5. Todas as despesas referentes à entrega do objeto serão por conta do fornecedor;

5.6. Os preços cotados não serão reajustados.

5.7. A **CONTRATANTE**, a cada pedido de fornecimento, especificará formalmente a quantidade necessária do objeto contratado.

6. DA CONTRATAÇÃO

6.1. A contratação do objeto licitado será efetivada mediante Autorização de Fornecimento e assinatura da Ata de Registro de Preços.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. São obrigações da Contratante:

7.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

7.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

7.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

7.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

7.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

7.1.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

8.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: quantidade, marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

8.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

8.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.1.6. Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estarem cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

8.1.7. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% do valor inicial, conforme Art. 65, II, § 1º, II, da Lei 8.666/93.

9. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

9.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.1.1. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.1.2. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário



à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. DO PAGAMENTO

10.1. Os pagamentos serão efetuados na semana subsequente à entrega dos produtos, desde que a Nota Fiscal esteja em condições de liquidação.

10.1.1. Serão efetuadas as retenções de tributos, conforme a legislação aplicável.

11. DA ADJUDICAÇÃO

11.1. O critério para julgamento das propostas será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**, desde que atendidas as especificações constantes do Edital, conforme especificação contida no item 2 do presente Termo.

12. DAS PENALIDADES

12.1. Se o licitante vencedor descumprir as condições deste Pregão ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis n.º 10.520/02 e 8.666/93, bem como no Decreto Federal n 10.024/19.

12.2. Nos termos do art. 49 do Decreto 10.024/2019 e do art. 50 do Decreto Municipal nº 2152/2020, ficará impedido de licitar e de contratar com o Município de Descanso pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a) não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- b) não entregar a documentação exigida no edital;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) causar o atraso na execução do objeto;
- e) não manter a proposta;
- f) falhar na execução do contrato;
- g) fraudar a execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo;
- i) declarar informações falsas; e
- j) cometer fraude fiscal.

12.2.1. As sanções descritas no item 12.2 também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.

12.2.2. As sanções serão registradas e publicadas no CEIS E CNEP.

12.3. Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial deste Pregão, o MUNICÍPIO DESCANSO, poderá aplicar à empresa vencedora, as seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta;
- c) Suspensão de contratar com Administração Pública por até 02 anos.

12.4. Nos termos do artigo 7º da Lei n.º 10.520/02, se o licitante, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal garantida o direito prévio de citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.5. A penalidade de multa, poderá ser aplicada, cumulativamente, com a penalidade disposta no artigo 7º da Lei nº 10.520/02 e artigos 86 e 87 da Lei 8.666/93, garantida a prévia defesa aos licitantes e/ou adjudicatários.

12.6. A Administração Municipal de Descanso poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas as justificativas apresentadas pela(s) licitante(s) vencedora(s), nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93.



Estado de Santa Catarina
Município de Descanso

Descanso/SC, 31 de outubro de 2023.

Cleber Luiz Rech
Secretário de Saúde

Andressa Brugnerotto
Secretária de Assistência Social

Cristian Antoceff
Secretário de Transportes

Maiko Daniel Bonamigo
Secretário de Administração

Maicon Rosin
Secretário de Educação



ANEXO II

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 139/2023
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2023

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E/OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no Edital de Pregão Presencial supramencionado, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

- MICROEMPRESA, conforme inciso I do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.
 EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inciso II do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do § 4º do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

....., de de 2023.

Assinatura e carimbo DIGITALIZADO
(representante legal)



ANEXO III

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 139/2023
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2023

DECLARAÇÃO DE MENORES (ART. 7º, XXXIII, CF)

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().
(Observação: **em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima**)

..... de de 2023.

ASSINATURA E CARIMBO DIGITALIZADO



ANEXO IV
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 139/2023
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2023

MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. ____ / 2023

No dia ____ do mês de ____ do ano de 2022, compareceram, de um lado a(o) MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.026.138/0001-97, com sede administrativa localizada na Avenida Marechal Deodoro, nº 146, Bairro Centro, CEP nº 89910-000, nesta cidade de Descanso/SC, representada pelo Prefeito Municipal, o Sr. SADI INÁCIO BONAMIGO, portador do CPF nº 469.171.879-68 e Cédula de Identidade sob nº 1.159.210, expedida em 20/02/2009 pela SSP/SC, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº., Processo Licitatório nº., que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Federal nº: 7.892/2013 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ/CPF	Nome do Representante	CPF

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor:						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.



2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
- c) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
- d) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.



- 5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.
- 5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:
- 5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independentemente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;
- 5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;
- 5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;
- 5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;
- 5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuárias, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;
- 5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;
- 5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.
- 5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.
- 5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:
- 6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:
- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
 - b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
 - c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
 - d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
 - e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
 - f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.
- 6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.
- 6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.
- 6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.



6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que está indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, conforme especificado no edital instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. O pagamento à fornecedora poderá, a critério do Município, ser subordinado à comprovação, por parte da contratada, da manutenção de todas as condições de habilitação, com o objetivo de assegurar o cumprimento do art. 29, incisos III e IV, e 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.



8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. Pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.1.2. Por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.1.3. Por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

13.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Descanso para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

13.2 - E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Descanso/SC, ____ de _____ de 2023.

SADI INÁCIO BONAMIGO
Prefeito Municipal

Empresas Participantes:



Estado de Santa Catarina
Município de Descanso

ANEXO V
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 139/2023
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2023

MODELO DE PROPOSTA FINAL READEQUADA (FOLHA TIMBRADA DA EMPRESA)

DADOS DA EMPRESA: RAZÃO SOCIAL: CNPJ: ENDEREÇO COMPLETO: TELEFONE: E-MAIL:	DADOS DO REPRESENTANTE: NOME COMPLETO: CPF: RG: ENDEREÇO COMPLETO: TELEFONE: E-MAIL:
--	---

Relação dos itens vencidos no pregão. (listar n. do item, quantidade, descrição, marca, preço unitário e total)

VALOR TOTAL POR EXTENSO:

DECLARO QUE O PREÇO PROPOSTO COMPREENDE TODAS AS DESPESAS REFERENTES AO OBJETO DO PRESENTE CERTAME.

DECLARO PRESTAR OS SERVIÇOS CONFORME AS EXIGÊNCIAS DO EDITAL, ESPECIALMENTE NO QUE DIZ RESPEITO AO PRAZO DE FORNECIMENTO E PRAZO MÁXIMO PARA SOLUÇÃO DO PROBLEMAS.

PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: 60 DIAS.

OUTRAS DECLARAÇÕES EXIGIDAS PELO EDITAL

LOCAL E DATA

ASSINATURA E CARIMBO (DIGITALIZADO)

OBS.: O DOCUMENTO DEVERÁ SER DIGITALIZADO E ENVIADO EM PDF PELO SISTEMA, RUBRICADO EM TODAS AS PÁGINAS.